

Resultados Consolidados

Janeiro a setembro de 2021



a nossa entrega é total

ÍNDICE

DESTAQUES	3
1. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO.....	4
2. OUTROS DESTAQUES.....	14
3. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	15
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	18

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. – SOCIEDADE ABERTA

RESULTADOS CONSOLIDADOS 9 MESES DE 2021

- **Rendimentos operacionais**¹ nos 9M21 crescem 14,7%, atingindo 612,9 M€, mais 78,6 M€ do que nos 9M20, com o desempenho notável do negócio de Expresso e Encomendas a crescer 54,8 M€ (+41,7%), seguido do Banco CTT +12,3 M€ (+20,7%), do Correio e Outros +8,2 M€ (+2,6%), e dos Serviços Financeiros e Retalho de +3,3 M€ (+10,2%).
- **Expresso e Encomendas** com rendimentos nos 9M21 (186,3 M€) impulsionados pelo forte desempenho da região ibérica, com Espanha a mostrar os resultados da estratégia delineada apresentando um crescimento de 36,7 M€ (+76,1%) e Portugal de +17,9 M€ (+22,0%). Nos 9M21, Espanha representou 45,6% das receitas do segmento Expresso e Encomendas, tendo este contribuído crescido 8,9 p.p. nos 9M21 face ao contributo registado nos 9M20.
- **EBIT recorrente** de 39,7 M€ nos 9M21, a crescer 20,4 M€ face aos 9M20, com uma margem de 6,5% (3,6% nos 9M20). De notar que todas as áreas de negócio contribuíram favoravelmente para o crescimento do EBIT recorrente, com destaque para o Expresso e Encomendas +10,7 M€ (+292,3%) e para o Banco CTT +5,3 M€.
- **Cash flow operacional** situou-se em 51,4 M€ nos 9M21, mais 35,3 M€ face ao período homólogo do ano anterior.
- **Resultado líquido**⁵ de 26,3 M€, mais 22,0 M€ do que nos 9M20, impulsionado principalmente pelo crescimento do EBIT recorrente. O resultado líquido nos 9M21 inclui efeitos não recorrentes (proveitos) no montante de 5,8 M€.

Resultados consolidados

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
Rendimentos operacionais ¹	534,3	612,9	78,6	14,7%	185,1	200,1	15,0	8,1%
Correio e Outros	310,8	318,9	8,2	2,6%	106,6	101,3	-5,3	-4,9%
Correio	308,8	316,7	8,0	2,6%	105,9	100,6	-5,3	-5,0%
Estrutura Central	2,0	2,2	0,2	9,5%	0,6	0,7	0,1	12,4%
Expresso e Encomendas	131,5	186,3	54,8	41,7%	46,4	60,5	14,1	30,4%
Banco CTT	59,7	72,1	12,3	20,7%	21,3	26,4	5,1	23,8%
Serviços Financeiros e Retalho	32,3	35,6	3,3	10,2%	10,8	11,9	1,1	10,1%
Gastos operacionais (EBITDA) ²	468,9	530,0	61,1	13,0%	155,4	174,5	19,1	12,3%
EBITDA ³	65,4	82,9	17,5	26,8%	29,7	25,6	-4,1	-13,8%
Depreciações e amortizações ⁴	46,1	43,2	-2,8	-6,2%	16,0	14,6	-1,4	-8,9%
EBIT recorrente	19,3	39,7	20,4	105,2%	13,7	11,0	-2,7	-19,6%
Itens específicos	2,1	-5,8	-7,9	-378,7%	1,3	-3,5	-4,8	-369,3%
EBIT	17,3	45,5	28,2	163,4%	12,4	14,5	2,1	16,7%
Resultados Financeiros (+/-)	-8,4	-8,1	0,3	4,0%	-2,5	-2,7	-0,2	-8,7%
Imposto sobre rendimento	4,5	11,0	6,5	145,9%	3,6	2,6	-1,0	-27,5%
Interesses não controlados	0,1	0,1	0,0	49,7%	0,0	0,1	0,0	100,7%
Resultado líquido do período ⁵	4,3	26,3	22,0	507,7%	6,3	9,1	2,8	44,5%

Milhões €

¹ Excluindo itens específicos.

² Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

³ Excluindo depreciações e amortizações e itens específicos.

⁴ As depreciações e amortizações foram impactadas positivamente nos 9M21 pela revisão da vida útil de alguns ativos.

⁵ Atribuível a detentores de capital.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A atividade económica nos 9M21 apresentou uma recuperação, apesar de terem continuado a existir restrições impostas à população e às atividades económicas no âmbito da pandemia de COVID-19. Neste contexto, os CTT continuaram a apresentar um crescimento de receita resiliente, fruto do continuado investimento na transformação do seu negócio: digitalização e comércio eletrónico, expresso e encomendas e soluções empresariais.

Correio

Os rendimentos da área de negócio de Correio apresentaram no 3T21 um decréscimo de 5,3 M€ (-5,0%) face ao 3T20, devido ao desempenho do correio internacional de chegada, fortemente influenciado pelo fim da isenção do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) nas compras extracomunitárias de baixo valor (*de minimis*) a partir de 1 de julho de 2021.

Tráfego de correio

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
	Milhões de objetos							
Transacional	336,7	313,5	-23,3	-6,9%	108,5	97,5	-11,0	-10,1%
Publicitário	28,5	26,9	-1,6	-5,7%	8,9	7,8	-1,1	-12,1%
Editorial	22,1	21,4	-0,7	-3,1%	7,0	6,7	-0,3	-4,7%
Total endereçado	387,3	361,7	-25,6	-6,6%	124,3	111,9	-12,4	-10,0%
Publicitário não endereçado	305,3	333,1	27,8	9,1%	122,2	111,0	-11,1	-9,1%

Nos 9M21 o tráfego do **correio transacional** apresentou uma queda de 6,9%, devido fundamentalmente ao decréscimo do **correio normal** nacional (-7,9%), continuando os clientes contratuais dos setores da banca e seguros a ter a maior contribuição para este decréscimo, e do **correio internacional de chegada** (-21,5%). Destaque para a continuidade do crescimento do **correio registado** (+10,8%) e do **correio verde** (+1,0%).

O agravamento da quebra do tráfego de **correio internacional de chegada** no 3T21, foi bastante impactado pelo facto de, a partir de 1 de julho, ter entrado em vigor a abolição da isenção de IVA nos envios postais extracomunitários com valor inferior a 22 euros (*“de minimis”*), levando assim à necessidade de desalfandegamento de todos os objetos de origem extracomunitária. Este fator afetou todos os países europeus, estando a observar-se uma quebra de cerca de 30% nos volumes de correio internacional de chegada em

Nos 9M21 os **rendimentos operacionais de Correio** atingiram 316,7 M€, um crescimento de 8,0 M€ (+2,6%) face ao período homólogo do ano anterior. Resultou fundamentalmente do aumento dos rendimentos do **correio transacional** (+5,0 M€; +1,9%), cuja receita beneficiou da maior contribuição dos produtos de maior valor unitário, assistindo-se assim a uma menor dependência do **correio normal** – cujo peso na receita passou de 35% (9M20) para 33% (9M21) – e a uma maior importância do **correio registado e internacional de chegada**, cujo peso na receita cresceu de 35% (9M20) para 37% (9M21). Verificou-se ao mesmo tempo uma influência positiva do **correio publicitário** (+0,2 M€; +1,9%), do **correio editorial** (+0,1 M€; +0,7%), das **encomendas do serviço universal** (+1,0 M€; +22,1%), da **filatelia e dos outros produtos e serviços de correio** (+1,3 M€; +22,9%) e das **soluções empresariais** (+0,3 M€; 2,7%), cujos rendimentos incorporam um mês de atividade da nova empresa **Newspring Services**.

A variação média de preços nos 9M21 do serviço postal universal⁶ face ao período homólogo do ano anterior foi 2,0%.

toda a Europa. Esta alteração teve um impacto operacional significativo na medida em que, até ao final do 1S21, mais de 95% do tráfego de origem extracomunitária dos CTT estava isenta do pagamento de IVA e de processos alfandegários. O processo de desalfandegamento foi automatizado de forma a poder responder à nova realidade e as taxas de apresentação à alfandega foram reformuladas em conformidade. Continua a assistir-se à transferência de negócio associado a objetos de correio *tracked* para o segmento expresso, maioritariamente de objetos oriundos da China, origem esta que desde 2019 tem observado quebras na ordem dos 75% para toda a Europa. O tráfego do **correio internacional de saída** registou um crescimento de 2,6%.

No **correio publicitário**, com a retoma de campanhas de alguns anunciantes a partir do 2T21, sobretudo nas áreas do retalho e de bens de consumo, a atividade apresentou alguma recuperação com destaque para o correio

⁶ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do serviço postal universal, excluindo o correio internacional de chegada.

publicitário não endereçado. Nos 9M21 o tráfego do **publicitário não endereçado** registou um aumento de 9,1% e o **publicitário endereçado** uma queda de 5,7%. No 3T21 foi lançada uma nova oferta de base de dados de marketing, que vem reforçar as Soluções de Publicidade.

Apesar de se terem mantido, no período em análise, as restrições no acesso de clientes às lojas, os rendimentos da **filatelia** nos 9M21 ascenderam a 4,0 M€, representando um crescimento (+3,5%) face ao período homólogo do ano anterior. Destaca-se a emissão, no período, de 27 selos da República, 17 postais inteiros e 3 livros temáticos.

Soluções empresariais

Nos 9M21 **as soluções empresariais** registaram rendimentos de 12,8 M€, um aumento de 2,7% (+0,3 M€), fruto da integração, em setembro de 2021, da *Newspring Services* na oferta base das Soluções Empresariais dos CTT. Esta aquisição enquadra-se na estratégia de diversificação do portefólio e na aceleração do crescimento de soluções empresariais, através da combinação do *expertise* da *Newspring* em soluções de *Business Process Outsourcing* (BPO) e *Contact Center*, com a rede comercial dos CTT, criando oportunidades de *upsell* com o canal de venda B2B já existente.

Continuou-se a aposta no alargamento e otimização da oferta existente, tendo sido lançada uma nova versão da app CTT Comércio Local, com novas funcionalidades para os consumidores e comerciantes, assim como uma Solução de Destruição Confidencial de Documentos para pequenas empresas e trabalhadores remotos.

Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas atingiram 186,3 M€ nos 9M21, +54,8 M€ (+41,7%) do que nos 9M20.

No **mercado ibérico** os rendimentos situaram-se em 184,0 M€, +54,5 M€ (+42,1%) do que nos 9M20. O **CEP** (*Courier, Express and Parcels*) representou 170,1 M€, +51,0% do que nos 9M20, e o tráfego totalizou 53,1 milhões de objetos, um crescimento de 54,2% face aos 9M20. O crescimento do CEP no mercado ibérico foi impulsionado pelo bom desempenho da operação de CEP em Espanha, a qual continua a ganhar quota num mercado em crescimento.

Nos 9M21 os **rendimentos de Expresso e Encomendas em Portugal** registaram 99,1 M€, +17,9 M€ do que nos 9M20 (+22,0%), e o tráfego totalizou 23,9 milhões de objetos, um crescimento de 21,2% face aos 9M20.

O desempenho do negócio de Expresso e Encomendas em Portugal nos 9M21 esteve assente no crescimento do **CEP**, cujos rendimentos ascenderam a 86,6 M€ (+32,8%). O negócio **carga** ascendeu a 6,3 M€ (-27,0%), o negócio de **banca** a 3,4 M€ (-32,4%) e o da **logística** a 2,3 M€ (+35,2%).

O desempenho na linha de produto **CEP** deveu-se sobretudo à atividade de *e-commerce* (B2C), com particular incidência em grandes *marketplaces* globais, por crescimento orgânico e pela angariação no 2T21 de uma grande plataforma mundial de *e-commerce*. A campanha de regresso às aulas teve um contributo muito relevante neste desempenho, não apenas no CEP, mas também na **logística**, resultado da angariação da operação de logística e distribuição de livros escolares de um dos maiores canais de venda deste produto.

Na linha de produto **carga** a redução forte de receitas está relacionada com o *outsourcing* deste negócio a um parceiro e com renegociações ocorridas com alguns clientes, na impossibilidade de um acordo de condições comerciais que permitisse rentabilidades adequadas. Implicou, por exemplo, o abandono do serviço de entrega de pneus. Em resultado destas ações, pretende-se uma melhoria na margem do produto, que em 2020 situou-se em -5,8% e que se espera que atinja uma margem operacional positiva em 2022.

A linha de produto **banca** continuou sob pressão, pelo fecho de agências bancárias e principalmente pela redução de frequência de recolha/entrega, num contexto de continuada redução de capilaridade das redes bancárias e de cada vez menor utilização das mesmas.

O crescimento do CEP alicerçado no *e-commerce*, o *outsourcing* da operação de carga e a queda do produto banca levaram a que o Grupo esteja em fase de redesenho operacional da rede de expresso, de forma a otimizar a estrutura de custos às novas necessidades da rede e captar ganhos de eficiência.

Os CTT continuaram a investir no desenvolvimento de novas plataformas, sistemas e aplicações com o objetivo de promover a adoção do comércio eletrónico por parte das empresas vendedoras (*e-sellers*) e dos consumidores (*e-buyers*). Neste contexto, foram lançadas diversas iniciativas, das quais há a destacar: (1) o alargamento, depois do seu lançamento nos Estados Unidos da América e no Reino Unido, do serviço CTT Morada Virtual Internacional a lojas *online* de Espanha e a outros países europeus que não fazem envios para Portugal; (2) a plataforma de *plug-ins* de *shipping* que permite que os seus clientes automatizem os seus envios através da integração de lojas *online* criadas em Prestashop, Shopify, Magento e Woocommerce; (3) a parceria com a Habitat Invest, que permitiu a primeira instalação em Portugal, em julho de 2021, de um Cacifo 24 h dentro de um edifício residencial com a ambição de revolucionar o mercado e garantir a comodidade dos proprietários no momento de receberem encomendas, e (4) a parceria com a Zomato, um novo serviço de entrega de refeições ao domicílio, tendo tido já a adesão de mais de 300 espaços em Lisboa e no Porto.

Acresce que os CTT continuaram a desenvolver a sua estratégia de **Cacifos 24H**, públicos e corporativos, os quais permitem que os clientes possam levantar as suas encomendas com a máxima conveniência, 24 horas por dia em todos os dias da semana. Nesta data, a rede de cacifos dos CTT conta com uma oferta de 147 Cacifos 24H, localizados em diversos locais do país, nomeadamente em

plataformas de transporte intermodais, centros comerciais, *campus* universitários, redes de retalho físico, ou no caso dos corporativos, em empresas. A rede de cacifos, para além de aumentar a conveniência para o cliente final, tem potencial para gerar poupanças na distribuição, devido à concentração de várias entregas num só ponto.

O *marketplace* **Dott**⁷, lançado em maio de 2019 em parceria com a Sonae, tinha no final de setembro de 2021 1 878 vendedores presentes na plataforma e mais de 5,4 milhões de produtos disponíveis. No final do 3º trimestre de 2021 havia cerca de 390 mil utilizadores registados (+10% face a junho de 2021).

Os **rendimentos em Espanha** situaram-se em 84,9 M€ nos 9M21, +36,7 M€ (+76,1%) do que nos 9M20. O tráfego totalizou 30,1 milhões de objetos, crescendo 80,4% face aos 9M20.

O ano 2021 está a dar continuidade ao forte crescimento já verificado no ano 2020, posicionando-se a CTT Expresso Espanha como um operador de referência no envio de encomendas urgentes no mercado ibérico. Os índices de qualidade de serviço, que superam a média do setor, a capacidade de tratamento e distribuição, sobretudo nas alturas de pico, a flexibilidade e adaptabilidade que os CTT Expresso Espanha oferecem, são algumas das razões pelas quais, cada vez mais, os clientes confiam na empresa para gerir os seus envios a nível ibérico. Neste contexto, os CTT Expresso Espanha continuam a solidificar o seu processo de transformação e a ganhar quota num mercado em crescimento.

Mantém-se a estratégia do plano de investimento em novas instalações, em tecnologia e inovação que melhorem a qualidade do serviço e os processos de tratamento e distribuição. Estes investimentos permitem servir um maior número de envios, estando assim a operação em Espanha preparada para acolher o crescimento que se antecipa e enfrentar a próxima campanha de *Black Friday* e Natal. Prevê-se, durante o último trimestre do ano, a mudança de instalações dos centros operacionais de Alicante e Bilbao. O investimento já concretizado, em conjunto com o crescimento da atividade e com novos processos de negócio ao nível da *software* de distribuição, novos modelos de remuneração de parceiros e renegociação de contratos existentes, têm vindo a permitir uma redução dos custos unitários de tratamento (-15,2%), de transporte (-26,7%) e de distribuição (-3,2%) nos 9M21 face ao período homólogo do ano anterior, e uma diluição dos custos de estrutura e, assim, um consequente aumento da rentabilidade da operação em Espanha.

A ambição dos CTT para a sua operação em Espanha passa por aumentar a sua quota de mercado e rentabilidade. Mais concretamente os CTT ambicionam: crescer no mercado B2C através de uma rede de distribuição mais eficiente, baseada em operação própria, capturar quota de mercado no B2B através de um modelo de negócio mais competitivo na

angariação de franchisados e tornar-se a empresa de referência para envios ibéricos. Consequentemente, **os CTT ambicionam aumentar a sua quota de mercado em Espanha para um nível alto, de um só dígito (“high single digit”)**. Ao nível da rentabilidade, a ambição é ganhar escala para permitir a diluição dos custos de estrutura e melhorar a alavancagem operacional, melhorar a dinâmica de preços e implementar um conjunto de projetos ibéricos focados no aumento da produtividade. Neste contexto, **os CTT ambicionam aumentar a margem EBIT para um nível médio a alto, de um só dígito (“mid-to-high single digit”)**.

Os **rendimentos em Moçambique** nos 9M21 situaram-se em 2,4 M€, +13,7% do que nos 9M20. O crescimento verificado foi suportado no negócio na área da saúde (recolha de amostras biológicas). O 3T21 caracterizou-se, a nível nacional, por medidas novamente mais restritivas devido à terceira vaga da COVID-19, por alguma incerteza associada ao acesso necessário a vacinas em volume para fazer face à baixa taxa de vacinação efetiva, e pelo abrandamento da instabilidade política e militar no norte do país. A nível mundial, verificaram-se constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens e serviços, que se traduziram numa pressão geral de subida de preços com consequências diretas na atividade.

Banco CTT

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 72,1 M€ nos 9M21, um aumento de 12,3 M€ (+20,7%) face aos 9M20. O 2T21 e o 3T21 impulsionaram este crescimento, registando +29,5% e +23,8%, face aos períodos homólogos, respetivamente.

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da **margem financeira**, que atingiu 40,4 M€ nos 9M21, 7,6 M€ acima (+23,2%) dos 9M20, com o 2T21 a crescer 29,4% e o 3T21 28,6%, face aos mesmos períodos do ano anterior.

Em abril de 2021 o Banco CTT iniciou a parceria com a “Sonae Financial Services”, passando o Banco CTT a ser o único credor em relação à carteira de crédito do **Cartão Universo**. Este negócio gerou rendimentos de 6,1 M€, com um volume de balanço líquido de 243,9 M€ em setembro de 2021.

Os juros recebidos de **crédito ao consumo** cresceram 3,0 M€ (+12,2%) ascendendo, no **crédito automóvel e leasing**, a uma carteira líquida de imparidades de 623,9 M€ (+9,9% face a dezembro de 2020).

Os juros recebidos de **crédito à habitação** registaram um decréscimo de 0,2 M€ (-5,4%), com uma carteira de crédito habitação líquida de imparidades de 578,7 M€ (+10,3% face a dezembro de 2020). A produção de crédito à habitação

⁷ O investimento do *marketplace* Dott é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (MEP).

ascendeu a 100,4 M€, um decréscimo de 17,0 M€ (-14,5%) face aos 9M20.

As **comissões recebidas** desta área de negócio atingiram 28,8 M€, +4,5 M€ (+18,8%) face aos 9M20.

Referem-se as contribuições positivas das comissões recebidas de **contas e cartões** que ascenderam a 7,7 M€ +3,0 M€ (+64,2%), dos **produtos de poupança (off-balance)** que ascenderam a 2,9 M€ +1,2 M€ (+72,6%) que resultaram de um volume líquido *off-balance* de 617,1 M€, 43,9% acima de dezembro de 2020 e dos **pagamentos** que ascenderam a 12,9 M€ +0,2 M€ (+1,9%).

A performance comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos **depósitos de clientes** para 1 987,4 M€ (+17,7% face a dezembro de 2020) e do **número de contas** para 559 mil contas (mais 41 mil que no final do ano de 2020).

O **rácio de transformação** no final dos 9M21 ascendeu a 72,9%.

A 30 de setembro de 2021 existiam 59 moratórias vivas que correspondem 3,43 M€ e que representam 0,3% da carteira de crédito a clientes (2,97 M€ de crédito à habitação e 0,46 M€ de crédito automóvel). Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,9 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representa cerca de 4,6% do total de moratórias privadas terminadas até 30 de setembro de 2021.

Serviços Financeiros e Retalho

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros e Retalho atingiram 35,6 M€ nos 9M21, mais 3,3 M€ (+10,2%) face aos 9M20.

Os **serviços financeiros** (excluindo outros rendimentos) obtiveram rendimentos de 23,7 M€, um decréscimo de 0,5 M€ (-2,2%) face aos 9M20, com os seguintes contributos:

- Os **títulos da dívida pública** (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento) com rendimentos de 17,6 M€, reduziram 0,3 M€ (-1,7%) face aos 9M20.

Assim, foram efetuadas 3 546,2 M€ de subscrições, com uma média de 18,7 M€/dia face aos 15,1 M€/dia dos 9M20, resultante de uma maior dinamização comercial, com a recaptura dos montantes vencidos dos títulos.

- Os **restantes produtos de poupança e seguros** (seguros de capitalização e outros) apresentaram um crescimento de 1,4%, estando o impacto negativo do vencimento de uma parte do portefólio de produtos, a ser compensado com o processo de alargamento e diversificação da oferta de novas soluções de investimento/ poupança/ seguros, os quais no 3T21 atingiram os 0,2 M€ de receita e os 24,6 M€ de valores movimentados.

- Os rendimentos dos **vales** de 4,2 M€, com -6,8% (-0,3 M€) face aos 9M20, resultado do efeito estrutural das alterações nos meios de pagamento deste serviço.
- Os **serviços de pagamentos dos CTT** registaram rendimentos de 1,1 M€ nos 9M21, estando ligeiramente acima do ano anterior (+2,3%). No 1S21 este produto foi beneficiado pelo encaminhamento para as lojas CTT do pagamento de impostos, que reduziu o efeito estrutural da substituição eletrónica deste serviço. O 3T21 registou já uma desaceleração.

Os **produtos e serviços de retalho** (excluindo outros rendimentos) atingiram 11,6 M€ de rendimentos nos 9M21, um aumento de 3,7 M€ (+45,9%) face aos 9M20, principalmente assente na linha de negócio do jogo (+135,1% face aos 9M20), impulsionado pela introdução no 4T20 da venda de “raspadinhas” e ao progressivo alargamento da sua comercialização a toda a rede de lojas.

O alívio das medidas restritivas de confinamento tem conduzido a uma recuperação progressiva do negócio de Subsídio de Transporte Aéreo, com um crescimento de 143,5% no 3T21 face ao 3T20, tendo registado +73,8% no 2T21 e -67,0% no 1T21 face aos períodos homólogos de 2020.

Os CTT têm vindo a reforçar o seu posicionamento, no sentido de alavancar a retoma do crescimento após o período de confinamento, criando uma oferta de produtos adequados aos espaços e ao contexto da rede de retalho, bem como incentivar a compra por impulso.

Gastos operacionais

Os **gastos operacionais** totalizaram 567,4 M€, um crescimento de 50,4 M€ (+9,8%) face ao período homólogo.

Os **gastos com pessoal** aumentaram 8,6 M€ (+3,4%) face aos 9M20, maioritariamente nas áreas de negócio de Expresso e Encomendas (+3,4 M€) e do Banco CTT (+2,7 M€), em que se verificou um crescimento acentuado do negócio. As restantes áreas de negócio, Correio e Outros e Serviços Financeiros e Retalho, apresentaram um crescimento de 1,5 M€, justificado pelo crescente aumento dos gastos com saúde (+1,7 M€) em virtude do desconfinamento da sociedade em relação à pandemia de COVID-19, que foram parcialmente compensados por uma redução nos estágios (-0,1 M€). Sem o efeito da *Newspring Services* (1,0 M€), o aumento dos gastos com pessoal seria de 7,7 M€ (+3,1%).

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** aumentaram 54,9 M€ (+30,4%), destacando-se as seguintes rubricas: gastos diretos e comerciais (+44,4 M€), trabalho temporário (+4,3 M€), recursos físicos e tecnológicos (+4,8 M€) e fardamentos (+0,4 M€), originados maioritariamente pelo crescimento dos negócios Expresso e Encomendas e Banco CTT. Sem o efeito da *Newspring Services* (0,7 M€), o aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos seria de 54,2 M€ (+30,1%).

As **imparidades e provisões** reduziram-se 4,4 M€ (-33,4%), em resultado da revisão das matrizes de risco de crédito e da melhoria da situação económica, tendo em conta que o período homólogo estava fortemente impactado pela pandemia e incerteza, sobretudo a nível do crédito auto.

Os **outros gastos** aumentaram 2,0 M€ (+8,1%), devido ao crescimento do negócio das raspadinhas (+3,8 M€), que foi parcialmente compensado por outros gastos diretos e comerciais, (-1,8 M€).

As **depreciações e amortizações** apresentaram uma diminuição de 2,8 M€ (-6,2%) face aos 9M20, impactadas positivamente pela revisão da vida útil de alguns ativos (-5,2 M€), parcialmente compensada pela realização de novos contratos de arrendamento de edifícios que impactaram, por via do normativo contabilístico IFRS 16, as amortizações (+1,7 M€).

Gastos operacionais

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
Gastos com pessoal	250,6	259,3	8,6	3,4%	80,5	82,0	1,5	1,9%
FSE	180,2	235,1	54,9	30,4%	63,9	80,4	16,5	25,9%
Imparidades e provisões	13,2	8,8	-4,4	-33,4%	2,2	3,0	0,9	39,9%
Outros gastos	24,8	26,8	2,0	8,1%	8,8	9,0	0,2	2,3%
Gastos operacionais (EBITDA)⁸	468,9	530,0	61,1	13,0%	155,4	174,5	19,1	12,3%
Depreciações e amortizações	46,1	43,2	-2,8	-6,2%	16,0	14,6	-1,4	-8,9%
Itens específicos	2,1	-5,8	-7,9	-378,7%	1,3	-3,5	-4,8	-369,3%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	1,5	9,9	8,3	»	0,9	0,4	-0,5	-51,7%
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	0,5	-15,6	-16,2	«	0,4	-3,9	-4,3	«
Gastos operacionais	517,0	567,4	50,4	9,8%	172,7	185,6	12,9	7,5%

Milhões €

Os **itens específicos** ascenderam a -5,8 M€ (-7,9 M€ face aos 9M20), devido a: (i) mais-valia de 17,8 M€ referente à venda de títulos de dívida pública para otimizar a posição financeira do Banco CTT no contexto do lançamento da parceria com a Sonae, (ii) mais-valia de 1,0 M€ resultante da alienação de edifício, (iii) gastos com reestruturações de 8,4 M€, dos quais 8,0 M€ correspondem a uma provisão constituída para a

realização de cerca de 118 acordos de suspensão de contratos de trabalho, (iv) perda por imparidade de 1,4 M€ relacionada com o ajustamento inicial da IFRS 9 com a aquisição do portefólio de crédito do Cartão Universo, e (v) outros gastos relacionados com a pandemia de COVID-19 e com projetos não recorrentes no valor de 3,2 M€.

Pessoal

Em 30 de setembro de 2021 o número de **trabalhadores/as** dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) era de 12 924, mais 452 (+3,6%) do que em 30 de setembro de 2020. Estes valores incorporam o efeito inorgânico da *Newspring Services* com impacto de 786 trabalhadores/as. Sem este efeito, o número de trabalhadores/as seria de 12 138, menos 334 (-2,7%) face ao período homólogo do ano anterior.

⁸ Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

N.º de Trabalhadores/as

	30.09.2020	30.09.2021	Δ	Δ%
Correio e Outros	10 792	11 194	402	3,7%
Expresso e Encomendas	1 219	1 247	28	2,3%
Banco CTT	428	451	23	5,4%
Serviços Financeiros e Retalho	33	32	-1	-3,0%
Total, do qual:	12 472	12 924	452	3,6%
Efetivos do quadro	10 779	11 189	410	3,8%
Contratados a termo	1 693	1 735	42	2,5%
Portugal	11 922	12 330	408	3,4%
Outras geografias	550	594	44	8,0%

Sem o efeito inorgânico, verificou-se um aumento, maioritariamente nas áreas de negócio em expansão, Expresso e Encomendas (+28) e Banco CTT (+23).

No seu conjunto as áreas de operações e distribuição da rede base (5 799 trabalhadores/as, dos/as quais 4 187 carteiros/as distribuidores/as) e a rede de retalho (2 421

trabalhadores/as) representaram cerca de 71,3% do número de trabalhadores/as efetivos/as dos CTT. Sem a incorporação da *Newspring Services* estes trabalhadores/as representariam 74,2%.

EBIT recorrente

O **EBIT recorrente** situou-se em 39,7 M€ nos 9M21, +20,4 M€ (+105,2%) do que nos 9M20, com uma margem de 6,5% (3,6% nos 9M20). De notar que todas as áreas contribuíram favoravelmente para o crescimento do EBIT recorrente.

Para esta evolução contribuiu sobretudo o crescimento significativo do EBIT recorrente nas áreas de negócio de Expresso e Encomendas +10,7 M€ (+292,3%), Banco CTT +5,3 M€ e Correio e Outros +3,4 M€ (+54,3%). Os Serviços Financeiros e Retalho contribuíram com +0,9 M€ (+5,4%).

Apesar do crescimento de EBIT recorrente, é de notar que, no contexto de perda de receita de correio internacional de chegada, os CTT estão a trabalhar em planos tendentes à otimização das suas operações. Neste âmbito, os CTT estão a levar a cabo um projeto alargado de otimização das rotas de distribuição de correio, tendo já intervindo em centros que representam 40% das rotas e espera-se que se conclua este processo de otimização durante o ano de 2022.

Adicionalmente, ao nível das operações de expresso e encomendas, está-se a implementar um processo de renegociação de contratos de distribuição e um novo planeamento dinâmico das rotas de distribuição, de modo a promover poupanças e eficiências. Há ainda um alargado conjunto de projetos destinados a promover uma gestão cada vez mais integrada das redes de correio e expresso e encomendas.

Em simultâneo, os CTT continuam a trabalhar numa cada vez maior integração ibérica das suas operações de expresso e encomendas, de modo a beneficiar da escala conjunta na negociação de compras e ao nível da partilha de melhores práticas entre ambas as geografias.

Finalmente, é ainda de destacar um conjunto de iniciativas de redução de custos ao nível da estrutura central, a qual passará por introduzir eficiências na exploração do seu imobiliário e na sua estrutura de pessoal.

EBIT recorrente por área de negócio

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
EBIT recorrente por AN	19,3	39,7	20,4	105,2%	13,7	11,0	-2,7	-19,6%
Correio e Outros	6,3	9,8	3,4	54,3%	5,8	0,2	-5,6	-97,1%
Correio	48,4	46,5	-1,9	-4,0%	17,7	10,7	-7,0	-39,7%
Estrutura central	-42,1	-36,7	5,4	12,7%	-11,9	-10,5	1,4	11,9%
Expresso e Encomendas	-3,7	7,1	10,7	292,3%	-0,5	1,6	2,1	460,4%
Banco CTT	0,4	5,8	5,3	»	2,7	3,4	0,7	24,4%
Serviços Financeiros e Retalho	16,2	17,1	0,9	5,4%	5,7	5,9	0,2	3,1%

Milhões €

Resultados Financeiros e Resultado Líquido

Os **resultados financeiros consolidados** atingiram -8,1 M€, refletindo uma melhoria de 0,3 M€ (+4,0%) face ao mesmo período de 2020.

Resultados Financeiros

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
Resultados financeiros	-8,4	-8,1	0,3	4,0%	-2,5	-2,7	-0,2	-8,7%
Rendimentos financeiros líquidos	-7,3	-6,4	0,9	12,7%	-2,6	-2,1	0,4	17,0%
Gastos e perdas financeiros	-7,3	-6,4	0,9	12,6%	-2,6	-2,1	0,5	17,6%
Rendimentos financeiros	0,0	0,0	0,0	40,3%	0,0	0,0	0,0	-346,3%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-1,1	-1,7	-0,6	-55,1%	0,1	-0,6	-0,7	-854,6%

Milhões €

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 6,4 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 2,7 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 2,3 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 1,3 M€.

Os CTT obtiveram nos 9M21 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 26,3 M€, 22,0 M€ acima do obtido nos 9M20, tendo sido influenciado positivamente pela evolução do EBIT (+28,2 M€) e dos resultados financeiros (+0,3 M€), e negativamente pelo imposto sobre o rendimento do período (+6,5 M€).

Investimento

O **investimento** situou-se em 21,5 M€ nos 9M21, 17,7% acima (+3,2 M€) do realizado nos 9M20.

A Empresa manteve o foco do investimento na área de negócio com maior crescimento, a área de Expresso e Encomendas (+2,8 M€), garantindo desta forma o suporte e otimização dos seus processos.

Nas restantes áreas de negócio verificou-se um crescimento mais moderado do investimento (+0,5 M€). Destacam-se os sistemas de informação, equipamentos postais e novas instalações para acolher o novo modelo de desalfandegamento de objetos extracomunitários em resposta às alterações do regime do IVA para o comércio eletrónico, que entraram em vigor a 1 de julho de 2021 em toda a UE.

Cash flow

A Empresa gerou nos 9M21 um **cash flow** operacional de 51,4 M€, +35,3 M€ face ao período homólogo de 2020.

Cash flow

	9M20	9M21	Δ	Δ%	3T20	3T21	Δ	Δ%
	Milhões €							
EBITDA	65,4	82,9	17,5	26,8%	29,7	25,6	-4,1	-13,8%
Non-cash itens*	-7,7	-13,9	-6,1	-79,4%	-5,4	-4,6	0,9	16,2%
Itens específicos**	-2,1	5,8	7,9	378,7%	-1,3	3,5	4,8	369,3%
Investimento	-18,2	-21,5	-3,2	-17,7%	-7,3	-9,7	-2,4	-32,8%
Δ Fundo de Maneio	-21,3	-2,0	19,3	90,7%	-3,5	-1,2	2,3	64,7%
Cash Flow operacional	16,0	51,4	35,3	220,5%	12,1	13,5	1,4	11,6%
Benefícios aos empregados	-8,3	-9,5	-1,3	-15,1%	-3,2	-3,0	0,2	7,5%
Impostos	-7,9	-2,4	5,5	69,9%	-8,5	-2,4	6,1	71,7%
Cash Flow livre	-0,2	39,4	39,6	»	0,4	8,1	7,7	»
Dívida (capital + juros)	-0,9	-10,1	-9,2	-987,8%	-0,2	-7,3	-7,2	«
Dividendos	0,0	-12,8	-12,8	-	0,0	0,0	0,0	-
Aquisição de ações próprias	0,0	-6,4	-6,4	-	0,0	0,0	-6,4	-
Alienação de edifícios	0,0	2,2	2,2	-	0,0	2,2	2,2	-
Investimentos em empresas	0,4	-15,0	-15,3	«	0,4	-14,2	-14,6	«
Varição de Caixa ajustada orgânica	-0,7	-2,7	-1,9	-264,5%	0,6	-11,2	-11,8	«
Inorgânico - Caixa Newspring	0,0	4,9	4,9	-	0,0	4,9	4,9	-
Varição de Caixa ajustada	-0,7	2,3	3,0	410,1%	0,6	-6,3	-6,9	«
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ⁹	-48,9	410,4	459,4	938,7%	-14,1	282,4	296,4	»
Δ Outros saldos de Caixa ¹⁰	-7,8	2,1	9,9	127,2%	2,5	2,2	-0,3	-11,4%
Varição de Caixa	-57,4	414,8	472,2	822,3%	-11,0	278,2	289,3	»

*Imparidades, Provisões e IFRS16 com impacto no EBITDA.

**Itens específicos com impacto no EBITDA.

Esta evolução positiva do *cash flow* operacional nos 9M21 resultou essencialmente do comportamento positivo do EBITDA, da manutenção de um nível de investimento equivalente ao do ano anterior e de uma evolução do fundo de maneio (+19,3 M€) fortemente influenciado pela evolução positiva do negócio corrente, com particular destaque para a gestão mais eficiente das contas a receber e pelo menor impacto que o fundo de maneio relacionado com o investimento teve nos 9 meses, em consequência do menor nível de investimento observado no 4T20 face ao período homólogo de 2019.

⁹ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹⁰ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Posição Financeira Consolidada

Posição financeira consolidada

	31.12.2020	30.09.2021	Δ	Δ%
Ativo não corrente	1 984,3	1 847,3	-137,1	-6,9%
Ativo corrente	910,6	1 587,4	676,8	74,3%
Total do Ativo	2 894,9	3 434,6	539,7	18,6%
Capital próprio	150,3	158,4	8,1	5,4%
Total do passivo	2 744,6	3 276,3	531,6	19,4%
Passivo não corrente	493,4	718,2	224,8	45,6%
Passivo corrente	2 251,2	2 558,1	306,8	13,6%
Total capital próprio e passivo consolidado	2 894,9	3 434,6	539,7	18,6%

Milhões €

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 30.09.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se que:

- O **ativo** cresceu 539,7 M€, maioritariamente devido ao elevado crescimento das rubricas de Crédito a clientes bancários (+354,0 M€) com destaque para o crédito à habitação e cartões de crédito, de Caixa e equivalentes de caixa (+414,8 M€), na sequência do aumento significativo de depósitos captados pelo Banco CTT e da operação de securitização realizada pela 321C, tendo sido parcialmente compensado pelo decréscimo observado na rubrica de Investimentos em Títulos (-239,4 M€) em resultado da alienação de carteiras de títulos.
- O **capital próprio** aumentou 8,1 M€ na sequência do resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT nos 9M21 no montante de 26,3 M€ e do aumento das reservas em resultado da constituição da reserva associada ao Plano de ações (0,8 M€). Em sentido contrário, ocorreu a distribuição de dividendos no valor de 12,8 M€ e a aquisição de ações próprias no valor de 6,4 M€.
- O **passivo** aumentou 531,6 M€, destacando-se o acréscimo dos Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+298,1 M€), o aumento do Outros passivos financeiros bancários (+251,3M€) decorrente da operação de securitização realizada pela 321C e o aumento dos Outros passivos correntes (+12,5 M€) em resultado, maioritariamente, do aumento do acréscimo de gastos com o pessoal. Em sentido contrário, observou-se o decréscimo das rubricas de Financiamentos (-10,2M€) maioritariamente em resultado do pagamento da primeira tranche do empréstimo do BBVA/Bankinter e das Outras Contas a pagar (-30,8M€) em larga medida explicado pela redução dos montantes relativos a Certificados do Tesouro.

A posição financeira do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	30.09.2021	Δ	Δ%
Ativo não corrente	638,8	671,0	32,2	5,0%
Ativo corrente	484,0	439,4	-44,7	-9,2%
Total do ativo	1 122,8	1 110,4	-12,4	-1,1%
Capital próprio	150,3	158,7	8,3	5,5%
Total do passivo	972,5	951,7	-20,8	-2,1%
Passivo não corrente	444,0	430,3	-13,7	-3,1%
Passivo corrente	528,5	521,4	-7,1	-1,3%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 122,8	1 110,4	-12,4	-1,1%

Milhões €

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) decresceram nos 9M21 para 282,8 M€, -0,2 M€ do que em dezembro de 2020, discriminadas conforme o quadro seguinte:

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 78,7 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 204,1 M€.

Responsabilidades com benefícios aos empregados/as

	31.12.2020	30.09.2021	Milhões €	
			Δ	Δ%
Total das responsabilidades	283,0	282,8	-0,2	-0,1%
Cuidados de saúde	271,2	268,7	-2,4	-0,9%
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,4	1,5	0,1	6,6%
Acordos de suspensão	2,8	5,2	2,5	89,3%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	6,9	6,6	-0,3	-3,8%
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	0,0	5,6%
Plano de pensões	0,3	0,3	-0,0	-5,2%
Outros benefícios	0,2	0,2	-0,1	-25,6%
Impostos diferidos ativos	-79,2	-78,7	0,6	0,7%
Valor atual das responsabilidades líquidas de impostos	203,8	204,1	0,3	0,2%

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2020	30.09.2021	Milhões €	
			Δ	Δ%
Dívida líquida	71,4	59,0	-12,4	-17,4%
Dívida CP & LP	206,9	196,7	-10,2	-4,9%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	115,2	112,2	-3,0	-2,6%
Caixa ajustada (I+II)	135,4	137,7	2,3	1,7%
Caixa e equivalentes de caixa	518,2	933,0	414,8	80,0%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	498,8	911,5	412,7	82,7%
Outros saldos de caixa	19,4	21,5	2,1	10,9%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-363,4	-773,8	-410,4	-112,9%

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 30.09.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se:

- A caixa ajustada aumentou 2,3 M€, uma vez que o comportamento positivo do *cash flow* operacional (+51,4 M€) mais do que compensou os pagamentos de benefícios aos empregados/as (-9,5 M€), do serviço da dívida (-10,1 M€), o pagamento de dividendos (-12,8 M€), a aquisição de ações próprias (-6,4 M€) e os investimentos em empresas no valor de 15,0 M€.
- A dívida de curto e longo prazo diminuiu 10,2 M€ essencialmente devido à redução dos empréstimos bancários dos CTT (-7,2 M€) na sequência do pagamento da primeira tranche do empréstimo do BBVA/Bankinter e do decréscimo das responsabilidades com contratos de locação no âmbito da IFRS 16 (-3,0 M€).

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	30.09.2021	Δ	Δ%
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	153,9	178,8	24,9	16,2%
Dívida CP & LP	204,7	194,8	-9,9	-4,8%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	113,0	110,3	-2,7	-2,4%
Caixa ajustada (I+II)	50,8	16,0	-34,8	-68,4%
Caixa e equivalentes de caixa	286,4	214,4	-72,1	-25,2%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	286,5	214,4	-72,1	-25,2%
Outros saldos de caixa	-0,0	-0,0	0,0	15,0%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-235,7	-198,3	37,3	15,8%

Milhões €

2. OUTROS DESTAQUES

Assuntos regulatórios

O contrato de concessão do serviço postal universal, cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro.

Por decisão de 02.09.2021, ratificada em 06.09.2021, a ANACOM aprovou a declaração de conformidade dos resultados do **sistema de contabilidade analítica** dos CTT, referente ao exercício de 2018, bem como a decisão final relativa às determinações de melhoria do sistema, na sequência da respetiva auditoria, e o relatório da audiência prévia. As determinações manter-se-ão em vigor após 2021, até à aprovação de uma nova decisão sobre esta matéria, caso os CTT se mantenham como empresa prestadora do serviço postal universal após 31.12.2021.

Por deliberação de 28.10.2021 a ANACOM deferiu o pedido dos CTT relativamente à dedução dos **registos**, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de COVID-19 para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021.

Sustentabilidade

Neste período, os CTT continuaram ativos no combate às alterações climáticas através de várias iniciativas. A Empresa aderiu, pela terceira vez consecutiva, ao *Green Postal Day*, iniciativa promovida pelo IPC – *International Post Corporation*, com 15 outros operadores postais. Esta iniciativa assinalou os resultados positivos do esforço coletivo que os operadores postais, a nível mundial, têm vindo a pôr em prática para contribuir para os **objetivos de desenvolvimento sustentável**.

Os CTT têm uma posição de liderança, com reduções significativas das suas emissões. A gradual eletrificação da frota é parte integrante do caminho de gestão carbónica que os CTT têm vindo a desenvolver, tendo sido incorporados mais 22 veículos elétricos em relação ao período homólogo do ano

anterior. Os km percorridos pela frota de veículos alternativos dos CTT aumentaram significativamente comparativamente com o 3T20, reflexo da otimização e expansão da sua atividade.

Em 2021 os trabalhadores/as dos CTT e o público externo puderam, mais uma vez, eleger os projetos para **compensação carbónica da oferta Expresso**, em Portugal. Aos dois vencedores “Portugal: recuperação de animais selvagens” e “Brasil: prevenção da desflorestação”, serão alocadas 2 937 toneladas de CO₂ que correspondem às emissões resultantes da atividade direta deste serviço que não foram possíveis evitar. Os CTT compensam as emissões carbónicas das suas ofertas de Correio Verde e da oferta Expresso em território nacional, sem custos acrescidos para os seus clientes.

No âmbito da **economia circular**, os CTT estabeleceram uma parceria com a *To Be Green*, uma *spin-off* da Universidade do Minho, para criação de novos produtos através do processamento das máscaras de proteção individual contra a pandemia de COVID-19 descartadas pelos trabalhadores/as nos centros de produção e logística dos CTT.

De realçar também o arranque positivo do projeto-piloto das embalagens ECO reutilizáveis CTT, iniciado em julho deste ano e que conta com 2 parceiros que se disponibilizaram a fazer os envios das suas lojas *online* com recurso à nova solução de embalamento CTT. Cerca de 20% dos seus *e-buyers* recorreram a esta solução mais ecológica e assente numa lógica de economia circular, e cerca de 60% destes já devolveram as embalagens aos CTT que, desta feita, voltaram a entrar em circulação. A expectativa é de que estes valores passem a ser ainda mais expressivos, dando uma maior conveniência à devolução e fazendo uso da tecnologia para gerar notificações ao *e-buyer* para que este proceda à devolução da embalagem ECO reutilizável.

Na sua relação com o *stakeholder* trabalhadores/as, os CTT publicaram o **Plano para a Igualdade para 2022** com a identificação de ações de melhoria que consideram relevantes para promover o percurso da empresa na matéria e continuaram a lançar passatempos e celebrar protocolos com diversas entidades com preços preferenciais para trabalhadores/as.

No âmbito do seu envolvimento com a sociedade, não foi possível dinamizar ações pontuais de voluntariado devido à pandemia, mas continuaram a promover a continuidade do **voluntariado de mentoring** com a EPIS para o apoio a jovens em risco de insucesso escolar. Além disso, lançaram uma iniciativa de apoio à cultura, angariando fundos através da venda dos seus livros filatélicos, tendo já atingido o valor de 5 mil euros para doar ao Centro Nacional de Cultura.

E os seus esforços têm sido reconhecidos. Para a COTEC - Associação Empresarial para a Inovação, os CTT são uma empresa merecedora do Estatuto INOVADORA 2021, face ao seu posicionamento na área da **inovação**, empreendedorismo e ligação ao tecido empresarial português. Os CTT foram também distinguidos com o Prémio Transformação nos *IRG Awards* da Deloitte com o projeto “Apoio à digitalização do comércio local em Portugal”, em que elegem as organizações e pessoas que mais e melhor tenham contribuído para tornar o mercado de capitais mais eficiente, transparente, socialmente responsável e útil à economia e sociedade portuguesa.

3. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03.11.2021, o Conselho de Ministros aprovou a Resolução nº 144/2021 de 23.09.2021, que determina a abertura de um procedimento de ajuste direto tendente a designar os **CTT como prestador do serviço postal universal**. O atual contrato de concessão termina a 31.12.2021, data até à qual se prevê que esteja concluído o novo contrato, que terá a duração de 7 anos. A referida Resolução lança as bases para a definição de um novo enquadramento contratual, o qual permitirá (1) “maior sensibilidade dos preços praticados pela concessionária à evolução da atividade postal” e (2) “a fixação de elevados níveis de qualidade do serviço, alinhados com as melhores práticas vigentes na União Europeia.”. Espera-se que o novo contrato de concessão, a entrar em vigor em janeiro de 2022, venha a promover um enquadramento de maior equilíbrio entre a continuidade e a sustentabilidade no cumprimento das obrigações do serviço postal universal.

NOTA FINAL

Esta comunicação é baseada nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. relativas aos primeiros nove meses de 2021, em anexo.

Lisboa, 04 de novembro de 2021

O Conselho de Administração

Esta informação ao mercado e ao público em geral é efetuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários e está também disponível no site dos CTT em:

<https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Representante para as Relações com o Mercado dos CTT
Guy Pacheco

Diretor de Relações com Investidores dos CTT
Nuno Vieira

Contactos:
Email: investors@ctt.pt
Fax: + 351 210 471 996
Telephone: + 351 210 471 087

Disclaimer

Este documento foi preparado pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “CTT”) exclusivamente para efeitos da divulgação dos resultados dos primeiros nove meses de 2021 e tem natureza meramente informativa. Este documento não constitui, nem deve ser interpretado como, uma oferta para vender, emitir, trocar ou adquirir quaisquer instrumentos financeiros (nomeadamente quaisquer valores mobiliários emitidos pelos CTT ou por qualquer das suas subsidiárias ou filiais), nem como qualquer forma de solicitação, recomendação ou conselho de (des)investimento pelos CTT nem pelas suas subsidiárias ou filiais.

A distribuição deste documento em certas jurisdições pode ser proibida e os destinatários na posse do presente documento são os únicos responsáveis por informar-se sobre e por cumprir tais restrições. Em particular, esta comunicação e a informação nela contida não se destina a ser publicada, distribuída ou divulgada em ou para, direta ou indiretamente, os Estados Unidos da América (incluindo os seus territórios e possessões), Canadá, Japão ou Austrália ou qualquer outra jurisdição em que tal anúncio seria ilegal.

Desta forma, nem esta comunicação nem parte dela, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição. Assim, a Empresa não assume qualquer responsabilidade no que se refere ao presente documento, caso o mesmo seja utilizado para fins distintos dos supracitados.

Este documento (i) pode conter informação resumida e ser sujeito a alterações e aditamentos e (ii) a informação aqui incluída não foi verificada de forma independente nem objeto de auditoria ou revisão por quaisquer auditores ou consultores da Empresa. Assim, dada a natureza e finalidade da divulgação da informação nele contida e com exceção dos casos legalmente previstos, os CTT não se comprometem a atualizar ou rever publicamente qualquer informação inserida no presente documento. Este documento não esgota toda a informação prestada ao mercado sobre os CTT, pelo que os seus destinatários são convidados e aconselhados a consultar a informação pública divulgada pelos CTT em www.ctt.pt e em www.cmvm.pt. Em particular, o conteúdo desta comunicação deve ser lido e entendido à luz da informação financeira divulgada pelos CTT, através dos meios mencionados.

A leitura deste documento é tida como a aceitação / vinculação às restrições anteriores.

Declarações relativamente ao futuro

Esta comunicação inclui declarações relativas ao futuro. Todas as declarações constantes desta comunicação que não constituam factos históricos, incluindo, sem limitar, declarações que reflitam a nossa atual opinião ou, conforme aplicável, a dos nossos administradores, relativamente ao desempenho financeiro, estratégia de negócio, planos e objetivos de gestão relativamente às operações futuras são declarações relativas ao futuro. As declarações que incluem as expressões “espera”, “tencioná”, “planeia”, “acredita”, “antecipa”, “será”, “visa”, “pode”, “poderia”, “seria”, “continua” e declarações similares relativas ao futuro ou de tal natureza correspondem a declarações relativas ao futuro.

Todas as declarações relativas ao futuro incluídas na presente comunicação envolvem riscos certos e incertos e incertezas. Em conformidade, podem ou poderão ter lugar fatores importantes que determinem que os resultados, desempenho ou consequências efetivas difiram materialmente dos indicados nestas declarações. Quaisquer declarações relativas ao futuro constantes deste documento refletem a nossa opinião relativamente a eventos futuros e estão sujeitas a estes e outros riscos, incertezas e pressupostos relacionados com os resultados das nossas operações, estratégia de crescimento e liquidez.

Embora os CTT acreditem que os pressupostos de tais declarações são razoáveis na data em que são elaborados, advertem-se terceiros para o facto de que as informações e declarações relativas ao futuro estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais são difíceis de prever e geralmente estão para além do controlo dos CTT, o que poderá fazer com que os resultados e desenvolvimentos efetivos sejam significativamente diferentes daqueles expressos, implícitos ou projetados pelas informações e declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro não representam qualquer garantia de desempenho futuro nem foram revistas pelos auditores dos CTT, pelo que se adverte para que não seja depositada confiança indevida nas mesmas.

Quaisquer declarações relativas ao futuro referem-se apenas à data desta comunicação. Com exceção dos casos legalmente previstos, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro, em resultado de informação nova, desenvolvimentos futuros ou por outro motivo.

Relatório 9 meses 2021

**Demonstrações financeiras consolidadas
intercalares condensadas**

Demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensada

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2021

Euros

	NOTAS	31.12.2020	Não auditado 30.09.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	294.989.377	290.218.862
Propriedades de investimento	6	7.075.908	6.870.056
Ativos intangíveis	5	58.016.961	58.696.032
Goodwill		70.201.828	81.471.314
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		2.925.100	2.689.334
Outros investimentos		6.394	11.684
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	12.273.557	6.050.431
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	453.090.517	222.217.548
Outros ativos não correntes		1.063.789	716.504
Crédito a clientes bancários	10	985.355.687	1.082.601.001
Outros ativos financeiros bancários	9	11.422.884	7.876.758
Ativos por impostos diferidos	25	87.891.868	87.835.465
Total do ativo não corrente		1.984.314.351	1.847.255.471
Ativo corrente			
Inventários		6.601.999	7.615.973
Contas a receber		153.616.009	149.942.937
Crédito a clientes bancários	10	107.925.845	364.654.169
Imposto a receber		-	7.498
Diferimentos	11	6.498.759	9.988.461
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	7.281.273	4.338.727
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	45.160.057	45.834.472
Outros ativos correntes		33.728.584	60.665.845
Outros ativos financeiros bancários	9	29.456.513	10.719.493
Caixa e equivalentes de caixa	12	518.180.171	932.980.372
		908.449.210	1.586.747.947
Ativos não correntes detidos para venda		2.139.065	611.632
Total do ativo corrente		910.588.275	1.587.359.579
Total do ativo		2.894.902.626	3.434.615.050
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(8)	(6.404.963)
Reservas	15	65.919.935	66.692.352
Resultados transitados	15	39.962.419	43.900.978
Outras variações no capital próprio	15	(47.600.236)	(47.600.236)
Resultado líquido do período		16.669.309	26.308.662
Capital próprio atribuível a acionistas		149.951.419	157.896.793
Interesses não controlados		323.675	467.768
Total do capital próprio		150.275.094	158.364.561
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	164.034.127	147.482.536
Benefícios aos empregados		264.369.292	264.857.532
Provisões	19	17.416.354	20.085.969
Diferimentos	11	283.289	314.571
Outros passivos financeiros bancários	9	44.506.988	282.877.146
Passivos por impostos diferidos	25	2.793.698	2.572.403
Total do passivo não corrente		493.403.748	718.190.157
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	375.562.902	344.798.270
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	21	1.688.465.160	1.986.571.136
Benefícios aos empregados		18.630.568	17.928.550
Imposto a pagar	22	1.340.420	10.529.069
Financiamentos obtidos	18	42.832.626	49.233.851
Diferimentos	11	3.412.059	2.575.608
Outros passivos correntes		99.493.397	112.014.175
Outros passivos financeiros bancários	9	21.486.652	34.409.673
Total do passivo corrente		2.251.223.784	2.558.060.332
Total do passivo		2.744.627.532	3.276.250.489
Total do capital próprio e passivo		2.894.902.626	3.434.615.050

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2021

Euros

NOTAS	Nove meses findos em		Três meses findos em		
	Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado	
	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	
Vendas e serviços prestados	3	483.902.444	548.485.894	167.445.456	176.294.085
Margem Financeira		32.822.039	40.447.134	11.439.044	14.706.033
Outros rendimentos e ganhos operacionais		17.537.452	23.952.912	6.209.903	9.102.109
		534.261.935	612.885.940	185.094.403	200.102.226
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(13.320.299)	(13.869.276)	(4.609.543)	(4.635.122)
Fornecimentos e serviços externos		(181.805.882)	(237.835.303)	(64.452.800)	(80.867.765)
Gastos com o pessoal	23	(251.441.508)	(267.682.275)	(81.170.172)	(82.189.488)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(4.711.477)	(1.698.740)	(950.183)	(885.020)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(7.583.228)	(9.766.395)	(1.179.663)	(3.465.744)
Provisões (aumentos/reversões)	19	(922.830)	1.297.051	(33.190)	1.325.759
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(46.054.866)	(43.213.815)	(16.020.694)	(14.600.976)
Resultados de outros ativos e passivos financeiros bancários	3	-	17.776.526	-	3.393.821
Outros gastos e perdas operacionais		(11.757.478)	(13.312.671)	(4.294.681)	(4.592.187)
Ganhos/perdas com alienação de ativos	3	606.778	905.878	20.284	890.757
		(516.990.790)	(567.399.020)	(172.690.642)	(185.625.966)
		17.271.145	45.486.920	12.403.761	14.476.260
Gastos e perdas financeiros	24	(7.309.878)	(6.386.502)	(2.564.772)	(2.112.550)
Rendimentos financeiros	24	10.755	15.093	4.544	(11.189)
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(1.082.665)	(1.678.837)	76.338	(576.068)
		(8.381.788)	(8.050.246)	(2.483.889)	(2.699.807)
Resultado antes de impostos		8.889.356	37.436.674	9.919.872	11.776.453
Imposto sobre o rendimento do período	25	(4.473.740)	(10.999.065)	(3.576.025)	(2.594.232)
Resultado líquido do período		4.415.616	26.437.609	6.343.847	9.182.221
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		4.329.478	26.308.662	6.313.811	9.121.948
Interesses não controlados		86.138	128.947	30.036	60.273
Resultado por ação:	17	0,03	0,18	0,04	0,06

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2021

Euros

NOTAS	Nove meses findos em		Três meses findos em		
	Não auditado	Não auditado	Não auditado	Não auditado	
	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	
Resultado líquido do período		4.415.616	26.437.609	6.343.847	9.182.221
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	(6.697)	19.250	(2.533)	23.414
Variações nas reservas de justo valor	15	436.057	(37.583)	80.166	(393.474)
Outras alterações no capital próprio		(52.744)	15.147	(2.533)	65.358
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		376.615	(3.187)	75.099	(304.703)
Rendimento integral do período		4.792.232	26.434.422	6.418.946	8.877.519
Atribuível a interesses não controlados		79.441	144.093	27.503	92.155
Atribuível aos acionistas dos CTT		4.712.791	26.290.329	6.391.443	8.785.364

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2021
 Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		75.000.000	(8)	65.852.595	(49.744.144)	10.867.301	29.196.933	242.255	131.414.932
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	29.196.933	(29.196.933)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	(86.009)	(29.196.933)	(15.806)	(101.815)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de impostos diferidos	15	-	-	-	2.143.908	-	-	-	2.143.908
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	67.340	-	-	-	-	67.340
Ajustamentos de correntes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	(15.806)	-	-	(15.806)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	16.669.309	97.225	16.766.534
Rendimento integral do período		-	-	67.340	2.143.908	(101.815)	16.669.309	81.420	18.860.162
Saldo em 31 de dezembro de 2020		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Saldo em 1 de janeiro de 2021		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	16.669.309	(16.669.309)	-	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(12.750.000)	-	-	(12.750.000)
Aquisição de ações próprias	15	-	(6.404.954)	-	-	-	-	-	(6.404.954)
Plano de ações	15	-	-	810.000	-	-	-	-	810.000
Outros movimentos		-	(6.404.954)	810.000	-	3.919.309	(16.669.309)	-	(18.344.954)
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	(37.583)	-	-	-	15.147	15.147
Ajustamentos de correntes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	19.250	-	-	-	(37.583)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	26.308.662	1.28.947	26.437.609
Rendimento integral do período		-	-	(37.583)	-	19.250	26.308.662	1.44.093	26.434.422
Saldo em 30 de setembro de 2021 (não auditado)		75.000.000	(6.404.963)	66.692.352	(47.600.236)	43.900.978	26.308.662	467.768	158.364.562

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2021
 Euros

	NOTAS	Não auditado 30.09.2020	Não auditado 30.09.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		468.505.577	594.295.916
Pagamentos a fornecedores		(228.102.554)	(341.012.571)
Pagamentos ao pessoal		(225.693.437)	(234.591.750)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		287.419.354	298.162.508
Crédito a clientes bancários		(155.908.385)	(359.259.977)
Caixa gerada pelas operações		146.220.556	(42.405.874)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7.890.301)	(2.378.382)
Outros recebimentos/pagamentos		10.600.603	37.665.117
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		148.930.859	(7.119.139)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		870.185	2.168.750
Propriedades de investimento		55.000	-
Investimentos financeiros		2.401.250	-
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	32.454.855	9.000.867
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	166.035.822	380.145.221
Depósitos no Banco de Portugal		10.485.534	-
Outros ativos financeiros bancários	9	16.470.000	24.185.000
Juros e rendimentos similares		25.670	23.909
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(20.417.359)	(11.254.837)
Ativos intangíveis		(9.153.411)	(10.802.378)
Investimentos financeiros	7	(2.045.054)	(14.962.369)
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	(57.025.122)	-
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	(221.540.540)	(142.950.283)
Depósitos no Banco de Portugal		-	(3.679.300)
Outros ativos financeiros bancários	9	(32.050.000)	(800.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(113.433.169)	231.074.579
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	14.060.695	59.832.194
Depósitos de outras instituições de crédito		250.000	-
Outros passivos financeiros bancários	9	-	251.500.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(14.118.023)	(69.801.786)
Depósitos de outras instituições de crédito		(38.131.082)	-
Outros passivos financeiros bancários	9	(25.294.138)	(15.610.415)
Juros e gastos similares		(901.270)	(202.572)
Passivos de locação	18	(21.029.095)	(22.745.609)
Aquisição de ações próprias		-	(6.404.954)
Dividendos	16	-	(12.750.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(85.162.913)	183.816.856
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(49.665.223)	407.772.296
Alteração do perímetro de consolidação		-	4.915.814
Caixa e seus equivalentes no início do período		414.865.569	498.826.781
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	365.200.346	911.514.891
Caixa e seus equivalentes no fim do período		365.200.346	911.514.891
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		15.438.500	19.474.900
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		4.947.068	2.005.465
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(19.486)	(14.885)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		385.566.428	932.980.372

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. Introdução	23
2. Principais políticas contabilísticas	24
2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	24
2.2 Bases de apresentação	25
3. Relato por segmentos	26
4. Ativos fixos tangíveis	31
5. Ativos intangíveis	34
6. Propriedades de investimento	36
7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação	37
8. Títulos de dívida	41
9. Outros ativos e passivos financeiros bancários	43
10. Crédito a clientes bancários	46
11. Diferimentos	53
12. Caixa e equivalentes de caixa	54
13. Perdas por imparidade acumuladas	55
14. Capital	56
15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados ..	58
16. Dividendos	60
17. Resultados por ação	60
18. Financiamentos obtidos	61
19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos	63
20. Contas a pagar	66
21. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	67
22. Imposto a receber/pagar	67
23. Gastos com o pessoal	68
24. Gastos e rendimentos financeiros	70
25. Impostos sobre o rendimento	70
26. Partes relacionadas	74
27. Outras informações	75
28. Eventos subsequentes	77

1. Introdução

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, nº 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho nº 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei nº129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) nº 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM nº62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM nº 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do **Grupo**.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 4 de novembro de 2021.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2020, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2021.

No presente exercício, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais que altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “*stock options*”, pelo que o **Grupo** aplicou o disposto na IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

Pagamento baseado em ações

Os benefícios concedidos aos membros executivos do Conselho de administração e aos quadros dirigentes dos CTT ao abrigo de Planos de remuneração de longo prazo são registados de acordo com as disposições da IFRS 2 – Pagamentos com base em ações.

De acordo com a IFRS 2, os benefícios concedidos a serem liquidados com base em ações próprias (instrumentos de capital próprio), são reconhecidos pelo justo valor na data de atribuição.

Dado que não é possível estimar com fiabilidade o justo valor dos serviços recebidos dos empregados, o seu valor é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital próprio.

O justo valor determinado na data da atribuição do benefício é reconhecido como custo de forma linear ao longo do período em que o mesmo é adquirido pelos beneficiários, decorrente de prestação de serviços, com o correspondente aumento no capital próprio.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o **Grupo** aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **COVID-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16** – Em maio de 2020, o IASB emitiu “COVID-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações. Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a COVID-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2022 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser

atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

A alteração é aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

O **Grupo** não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.

- **Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro 2- Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)**
- Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR'). As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

O **Grupo** não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.

- **Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações à IFRS 4)** - O IASB emitiu "Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4)" em 25 de junho de 2020. O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 em dois anos (ou seja, de 2021 para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17 Contratos de Seguro.

Estas alterações, afetam apenas entidades do sector segurador, pelo que não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do **Grupo**.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2021, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

No que respeita ao Banco CTT, no presente exercício, no contexto do *Capital Requirements Regulation* (CRR-Regulation (EU) No 575/2013), particularmente do artigo 178º que define o conceito de *Default*, foram emitidas novas orientações por parte da EBA, relativamente à implementação da definição de *Default* (EBA/GL/2016/07 e EBA/RTS/2016/06) com aplicação nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2021.

A aplicação do novo conceito de *default* introduziu um conjunto de alterações que visam estabilizar e uniformizar a marcação dos créditos problemáticos, nomeadamente a forma de contagem dos dias vencidos e limiares de materialidade. Esta alteração de estimativa foi reconhecida nas demonstrações financeiras do **Grupo** de forma prospetiva.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o **Grupo** apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 2021, no relato por segmentos, simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações (abrangidas pela IFRS 16) a ser apresentado nos termos desta norma. Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- **Correio** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., Newspring Services, S.A., HCCM – Outsourcing Investment, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado com a cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens – Banco.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso, a CORRE e o Fundo de Inovação Tectree;
- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- **Banco** – Banco CTT, S.A., Payshop, 321 Crédito e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada ao “*chief operating decision maker*”.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades standard valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados

com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio e constituída pela rede de lojas e postos de correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento dos primeiros nove meses de 2020 e de 2021 são as seguintes:

Milhares de Euros	30.09.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	310.752	131.516	32.263	59.731	534.262
Vendas e prestação de serviços	308.210	131.111	31.900	12.681	483.902
Vendas	10.537	508	5.765	-	16.810
Prestação de serviços	297.673	130.603	26.135	12.681	467.093
Margem Financeira	0	-	-	32.822	32.822
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.542	405	363	14.227	17.537
Gastos operacionais - EBITDA	270.689	127.868	15.781	54.522	468.860
Gastos com pessoal	213.005	19.479	1.439	16.725	250.647
Fornecimentos e serviços externos	49.839	106.508	2.071	21.768	180.186
Outros gastos	12.733	1.381	4.946	5.750	24.809
Imparidades e Provisões	2.382	2.286	-	8.550	13.218
Prestações internas de serviços	(7.269)	(1.785)	7.325	1.729	-
EBITDA	40.063	3.648	16.482	5.209	65.402
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	33.728	7.321	246	4.760	46.055
EBIT Recorrente	6.335	(3.673)	16.236	449	19.347
Itens específicos	1.667	403	1	5	2.076
Reestruturações empresariais	604	149	-	-	753
Gastos com estudos e projetos estratégicos	726	54	-	-	780
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	337	200	1	5	543
EBIT	4.668	(4.077)	16.236	444	17.271
Resultados financeiros					(8.382)
Rendimentos financeiros líquidos					(7.299)
Gastos e perdas financeiros					(7.310)
Rendimentos financeiros					11
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.083)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					8.889
Imposto sobre o rendimento					4.474
Resultado antes de interesses não controlados					4.416
Interesses não controlados					86
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					4.330

Milhares de Euros	30.09.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	318.906	186.346	35.555	72.080	612.886
Vendas e prestação de serviços	314.994	185.958	35.077	12.456	548.486
Vendas	6.668	174	9.291	-	16.133
Prestação de serviços	308.326	185.784	25.786	12.456	532.353
Margem Financeira	0	-	-	40.447	40.447
Outros rendimentos e ganhos operacionais	3.912	388	477	19.176	23.953
Gastos operacionais - EBITDA	280.053	170.854	18.371	60.693	529.971
Gastos com pessoal	216.170	22.891	817	19.411	259.289
Fornecimentos e serviços externos	60.676	147.594	1.882	24.901	235.052
Outros gastos	10.356	1.143	8.701	6.625	26.825
Imparidades e Provisões	(317)	721	-	8.400	8.804
Prestações internas de serviços	(6.832)	(1.494)	6.971	1.355	-
EBITDA	38.853	15.491	17.184	11.387	82.915
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	29.076	8.425	76	5.636	43.214
EBIT Recorrente	9.776	7.066	17.108	5.751	39.701
Itens específicos	8.606	776	1	(15.168)	(5.786)
Reestruturações empresariais	8.015	354	-	-	8.369
Gastos com estudos e projetos estratégicos	982	124	-	382	1.488
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	(391)	298	1	(15.550)	(15.642)
EBIT	1.170	6.290	17.107	20.920	45.487
Resultados financeiros					(8.050)
Rendimentos financeiros líquidos					(6.371)
Gastos e perdas financeiros					(6.387)
Rendimentos financeiros					15
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.679)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					37.437
Imposto sobre o rendimento					10.999
Resultado antes de interesses não controlados					26.438
Interesses não controlados					129
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					26.308

Nos primeiros nove meses do período findo a 30 de setembro de 2021, os itens específicos ascenderam a -5,8 M€ (-7,9 M€ face aos 9 meses de 30 de setembro de 2020), devido a: (i) mais-valia de 17,8 M€ referente à venda de títulos de dívida pública para otimizar a posição financeira do Banco CTT no contexto do lançamento da parceria com a Sonae, (ii) mais-valia de 1,0 M€ resultante da alienação de edifício, (iii) gastos com reestruturações de 8,4 M€, dos quais 8,0 M€ correspondem a uma provisão constituída para a realização de cerca de 118 acordos de suspensão de contratos de trabalho, (iv) perda por imparidade de 1,4 M€ relacionados com o ajustamento inicial da IFRS 9 com a aquisição do portefólio de crédito do Cartão Universo e (v) outros gastos relacionados com a pandemia de COVID-19 e com projetos não recorrentes no valor de 3,2 M€.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	30.09.2020	30.09.2021
Correio	310.752	318.906
Correio Transacional	263.322	268.275
Correio Editorial	9.439	9.504
Encomendas (SU)	4.737	5.782
Correio publicitário	13.040	13.282
Filatelia	3.821	3.957
Soluções empresariais	12.429	12.759
Outros	3.965	5.347
Expresso & encomendas	131.516	186.346
Portugal	81.224	99.091
CEP	65.234	86.606
Carga	8.566	6.256
Banca	5.007	3.387
Logística	1.731	2.341
Outros negócios	686	501
Espanha	48.218	84.898
Moçambique	2.073	2.357
Serviços Financeiros & Retalho	32.263	35.555
Poupança e seguros	18.535	18.241
Vales postais	4.511	4.207
Pagamentos	1.118	1.144
Produtos e Serviços de Retalho	7.982	11.644
Outros	116	319
Banco	59.731	72.080
Margem Financeira	32.822	40.447
Juros e rendimentos (+)	33.886	41.108
Juros e encargos (-)	(1.064)	(661)
Comissões Recebidas	24.703	29.456
Créditos	2.871	2.992
Poupança e Seguros	3.086	4.250
Contas e Cartões	5.613	8.600
Pagamentos	13.135	13.583
Outras comissões recebidas	(2)	31
Outros	2.205	2.177
	534.262	612.886

A decomposição do réditto, correspondente às vendas e prestação de serviços e margem financeira, para o período findo em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, pelas fontes de réditto, são detalhadas conforme segue:

Natureza	30.09.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Serviços postais	280.223.265	-	-	-	280.223.265
Serviços expresso	-	131.111.047	-	-	131.111.047
Venda produtos Merchandising	-	-	2.011.335	-	2.011.335
Apartados	-	-	1.063.477	-	1.063.477
Serviços postais internacionais (*)	27.987.126	-	-	-	27.987.126
Comissões Serviços Financeiros	-	-	28.824.881	45.503.352	74.328.233
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	308.210.391	131.111.047	31.899.694	45.503.352	516.724.483

(*) Correio Inbound

Natureza	30.09.2021				
	Correio e outros	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco & Pagamentos	Total
Serviços postais	290.586.775	-	-	-	290.586.775
Serviços expresso	-	185.957.866	-	-	185.957.866
Venda produtos Merchandising	-	-	1.649.348	-	1.649.348
Apartados	-	-	1.238.511	-	1.238.511
Serviços postais internacionais (*)	24.407.586	-	-	-	24.407.586
Comissões Serviços Financeiros	-	-	32.189.591	52.903.349	85.092.941
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	314.994.362	185.957.866	35.077.451	52.903.349	588.933.027

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	31.12.2020					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	19.192.607	5.634.469	166.504	28.879.018	4.144.364	58.016.961
Ativos fixos tangíveis	239.053.222	48.425.431	74.351	3.151.484	4.284.888	294.989.376
Propriedades de investimento	-	-	-	-	7.075.908	7.075.908
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	87.891.868	87.891.868
Contas a receber	-	-	-	-	153.616.009	153.616.009
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.093.281.532	-	1.093.281.532
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	19.554.830	-	19.554.830
Investimento em títulos ao custo amortizado	-	-	-	498.250.574	-	498.250.574
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	40.879.397	-	40.879.397
Outros ativos	6.137.166	7.559.469	17.349.976	4.973.905	14.804.590	50.825.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.543.023	-	231.741.308	273.895.841	518.180.172
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.139.065	-	2.139.065
	270.544.321	77.118.145	17.590.831	1.983.935.861	545.713.468	2.894.902.626

Ativos (Euros)	30.09.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	20.879.500	6.269.179	161.722	27.189.408	4.196.222	58.696.032
Ativos fixos tangíveis	229.235.856	54.503.099	71.493	2.915.644	3.492.770	290.218.862
Propriedades de investimento	-	-	-	-	6.870.056	6.870.056
Goodwill	17.430.813	2.955.753	-	61.084.749	-	81.471.314
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	87.835.465	87.835.465
Contas a receber	-	-	-	-	149.942.937	149.942.937
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.447.255.170	-	1.447.255.170
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	10.389.158	-	10.389.158
Investimento em títulos ao custo amortizado	-	-	-	268.052.020	-	268.052.020
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	18.596.251	-	18.596.251
Outros ativos	10.480.452	15.491.137	33.154.161	7.648.180	14.921.851	81.695.781
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.101.723	-	718.629.047	200.249.602	932.980.372
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	611.632	-	611.632
	278.026.622	93.320.891	33.387.377	2.562.371.260	467.508.903	3.434.615.050

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	5.530.649	2.385.548	25.062	6.028.632	-	13.969.891
Ativos fixos tangíveis	27.883.190	18.892.388	26.759	829.679	488.906	48.120.922
	33.413.839	21.277.937	51.821	6.858.311	488.906	62.090.814

	30.09.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	4.958.589	2.705.665	49.616	2.600.235	-	10.314.104
Ativos fixos tangíveis	16.500.844	13.102.274	-	606.229	310.743	30.520.090
	21.459.433	15.807.940	49.616	3.206.463	310.743	40.834.195

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- "Ativos intangíveis" (4.196.222 Euros): O valor não alocado corresponde aos ativos intangíveis em curso, os quais têm sido alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- "Ativos fixos tangíveis" (3.492.770 euros): Este valor corresponde aos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que serão alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;

- “Propriedades de investimento” (6.870.056 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (87.835.465 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 25 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (149.942.937 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (14.921.851 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, aos investimentos em associadas e aos investimentos em entidades conjuntamente controladas que não se encontram afetos à atividade operacional, razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento, bem como a algumas rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetos a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (200.249.602 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio, Serviços Financeiros & Retalho e Banco (negócio de pagamentos), não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	31.12.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	135.280.954	27.330.780	45.727	1.376.666	164.034.127
Financiamentos bancários	74.799.925	-	-	-	74.799.925
Passivos de locação	60.481.029	27.330.780	45.727	1.376.666	89.234.203
Financiamentos correntes	27.225.711	14.773.659	25.114	808.142	42.832.626
Financiamentos bancários	7.125.000	9.731.747	-	-	16.856.747
Passivos de locação	20.100.711	5.041.912	25.114	808.142	25.975.879
	162.506.664	42.104.439	70.841	2.184.808	206.866.753

Outra informação (Euros)	30.09.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	118.818.111	27.392.340	41.592	1.230.493	147.482.536
Financiamentos bancários	62.604.051	-	-	-	62.604.051
Passivos de locação	56.214.060	27.392.340	41.592	1.230.493	84.878.485
Financiamentos correntes	34.875.226	13.647.052	26.942	684.631	49.233.851
Financiamentos bancários	14.167.157	7.724.032	-	-	21.891.189
Passivos de locação	20.708.069	5.923.020	26.942	684.631	27.342.662
	153.693.337	41.039.392	68.535	1.915.123	196.716.387

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.09.2020	30.09.2021
Rendimentos - Portugal	394.854	414.795
Rendimentos - outros países	89.048	133.691
	483.902	548.486

As demonstrações financeiras estão sujeitas a sazonalidade, no entanto esta não afeta a comparabilidade entre períodos idênticos num determinado ano.

Contudo, existem fatores atípicos/não recorrentes que podem afetar a comparabilidade entre iguais períodos dos diversos anos como por exemplo o número de dias úteis (feriados móveis ou ao fim de semana) do período, eventos especiais (eleições, campanhas promocionais de clientes) que podem impactar na receita no sentido de aumentar/diminuir de um período para outro.

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 83.229 milhares de Euros.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, relativo ao **Grupo** foi o seguinte:

31.12.2020										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.580.031	338.964.540	156.184.436	3.603.651	69.355.884	29.646.684	3.491.573	2.414.000	179.623.789	818.864.586
Aquisições	-	504.793	5.889.978	18.383	1.360.619	1.017.256	9.231.168	1.445.666	-	19.467.863
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	28.653.059	28.653.059
Alienações	(8.099)	(149.792)	(698.530)	(11.218)	(11.852)	-	-	-	-	(879.492)
Transferências e abates	(92.109)	(198.094)	7.218.821	(4.359)	(30.807)	(5.366.247)	(6.703.094)	(2.621.849)	(35.817)	(7.833.550)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	8.401.849	8.401.849
Regularizações	-	(5.565)	(142.681)	(3.553)	(32.734)	795.215	-	-	-	610.682
Remensurações prazos locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.301.526
Saldo final	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.737.406	219.979.639	132.705.076	3.356.342	62.408.163	24.278.473	-	-	108.932.275	555.397.374
Depreciações do período	-	9.351.195	6.428.855	58.602	2.588.994	1.316.488	-	-	24.474.381	44.218.515
Alienações	(460)	(85.058)	(680.459)	(11.218)	(11.275)	-	-	-	-	(798.470)
Transferências e abates	(13.188)	(1.687.893)	(50.136)	(4.359)	405	(5.357.759)	-	-	(26.863)	(7.139.794)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Regularizações	-	(1.504)	(79.048)	(4.276)	(8.975)	(6.138)	-	-	-	(99.940)
Saldo final	3.723.758	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Outras variações	-	-	-	-	-	(4.712)	-	-	-	(4.712)
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.756.069	111.569.503	30.127.737	207.812	5.663.798	5.842.383	6.019.646	1.237.817	102.564.612	294.989.377

30.09.2021										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Aquisições	-	659.764	2.654.937	1.316	808.755	617.976	4.238.850	2.164.250	-	11.157.699
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	19.362.391	19.362.391
Alienações	-	-	(7.263.817)	(21.041)	-	-	-	-	(5.148.798)	(12.433.657)
Transferências e abates	99.504	3.388.324	800.764	-	(126.306)	(311.602)	(4.202.974)	-	(101.134)	(452.425)
Remensurações	-	-	-	-	8.569	-	-	-	2.578	2.578
Regularizações	-	4.176	137.157	7.930	-	5.142	-	-	-	162.975
Outros movimentos	-	-	-	-	-	23.750	-	-	(133.048)	(109.298)
Alterações no perímetro de consolidação	-	469.081	868.215	3.500	393.551	16.421	-	-	2.189.935	3.940.703
Saldo final	35.579.330	343.637.225	165.649.281	3.606.460	71.725.678	26.444.596	6.055.522	3.402.067	247.350.431	903.450.591
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.723.758	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Depreciações do período	-	6.723.667	4.892.585	45.482	1.226.708	977.073	-	-	19.722.438	33.587.953
Alienações	-	-	(7.094.363)	(20.498)	-	-	-	-	-	(7.114.861)
Transferências e abates	602	2.920	7.064	-	(126.306)	(285.824)	-	-	(2.209.648)	(2.611.192)
Regularizações	-	1.444	65.403	3.852	7.019	4.796	-	-	(32)	82.482
Alterações no perímetro de consolidação	-	264.751	859.406	2.139	247.118	5.949	-	-	1.169.535	2.548.897
Saldo final	3.724.360	234.539.161	137.054.382	3.426.065	66.331.851	20.933.058	-	-	147.203.392	613.212.269
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.854.970	109.098.064	28.594.899	180.394	5.393.827	5.492.078	6.055.522	3.402.067	100.147.040	290.218.862

As depreciações contabilizadas no **Grupo** no montante de 33.587.953 Euros (32.741.102 Euros em 30 de setembro de 2020), foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No **Grupo**, em 30 setembro de 2021, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções”, incluem 498.561 Euros (552.634 Euros em 31 dezembro de 2020) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31 de dezembro de 2013, no termo da concessão reverterem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIIE), entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período findo a 30 de setembro de 2021, o **Grupo** procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos fixos tangíveis, destacando-se o equipamento informático da classe de equipamento administrativo, estendendo as mesmas, essencialmente, de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da depreciação no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021 de 683 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 880 milhares de euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e CTT Expresso.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de diverso equipamento postal de num valor aproximado de 272 mil Euros nos CTT, à aquisição de máquinas de tratamento de correio num valor aproximado de 1.187 mil Euros, nos CTT Expresso e à aquisição de terminais e scanners no valor de 239 mil Euros por parte da Payshop.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de diverso equipamento microinformático num valor aproximado de 329 mil Euros, nos CTT, à aquisição de diversos equipamentos microinformáticos no valor aproximado de 124 mil Euros e à aquisição de mobiliário no valor aproximado de 114 mil Euros na CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 219 mil Euros nos CTT.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os ativos fixos tangíveis em curso do **Grupo** em 30 de setembro de 2021 são constituídos, essencialmente, por beneficiações de instalações operacionais, nomeadamente, de lojas, centros de distribuição postal e centros de produção e logística.

Direitos de Uso

Na sequência da adoção da IFRS 16 o **Grupo** reconheceu direitos de uso que se detalham como segue, por tipologia de bem subjacente:

31.12.2020				
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	157.442.425	20.652.319	1.529.045	179.623.789
Novos Contratos	15.254.946	13.349.576	48.537	28.653.059
Transferências e abates	(35.817)			(35.817)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Remensurações	8.401.849	-	-	8.401.849
Remensurações prazos locação	19.301.526	-	-	19.301.526
Saldo final	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	101.657.089	6.678.395	596.791	108.932.275
Depreciações do período	18.004.732	6.150.313	319.337	24.474.381
Transferências e abates	(26.863)	-	-	(26.863)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Saldo final	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Ativos fixos tangíveis líquidos	80.729.971	21.173.188	661.454	102.564.612
30.09.2021				
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Novos Contratos	18.053.649	1.308.742	-	19.362.391
Transferências e abates	(4.979.752)	(169.047)	-	(5.148.798)
Contratos findos	(22.196)	(78.938)	-	(101.134)
Remensurações	2.578	-	-	2.578
Alterações no perímetro de consolidação	2.096.605	93.330	-	2.189.935
Outros movimentos	(133.048)	-	-	(133.048)
Saldo final	213.038.003	32.837.401	1.475.027	247.350.431
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Depreciações do período	14.396.699	5.162.487	163.252	19.722.438
Transferências e abates	(2.147.619)	(62.029)	-	(2.209.648)
Contratos findos	(22.106)	(70.690)	-	(92.796)
Regularizações	-	(32)	-	(32)
Alterações no perímetro de consolidação	1.117.563	51.971	-	1.169.535
Saldo final	130.634.733	15.591.833	976.826	147.203.392
Ativos fixos tangíveis líquidos	82.403.270	17.245.568	498.201	100.147.040

A 31 de dezembro de 2020, a rubrica remensurações prazos de locação decorre da aplicação da nova interpretação emitida pelo *IFRIC Committee* que veio alterar o entendimento sobre o conceito de prazo de locação.

As depreciações contabilizadas, no **Grupo**, no montante de 19.722.438 Euros (17.955.320 Euros em 30 de setembro de 2020), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A 30 de setembro de 2021, os montantes referentes a alterações no perímetro de consolidação referem-se à incorporação da New Spring Services e HCCM – Outsourcing Investment.

Informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 24), respetivamente.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de setembro de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

Os CTT têm em curso uma análise para a possível constituição de um fundo de investimento imobiliário para rentabilização dos seus ativos fixos imobiliários. As avaliações finais e atualizadas para as atuais condições de mercado correspondentes a

estes ativos só serão concretizadas após decisão de implementação desta iniciativa, as quais irão determinar a seleção dos ativos a integrar o fundo.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Tangíveis do **Grupo** totalizam, a 30 de setembro de 2021, 682.897 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes ao **Grupo**, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2020						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	113.876.654	16.848.440	444.739	16.088.740	151.639.125
Aquisições	-	1.918.046	580.006	-	11.471.839	13.969.891
Transferências e abates	-	17.921.450	(50.300)	-	(18.271.063)	(399.913)
Regularizações	-	-	(102.410)	-	(80.876)	(183.287)
Saldo final	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.376.994	74.396.033	10.408.714	444.739	-	89.626.480
Amortizações do período	1.273	16.684.697	1.201.314	-	-	17.887.283
Transferências e abates	-	(404.012)	(50.300)	-	-	(454.312)
Regularizações	-	-	(50.597)	-	-	(50.597)
Saldo final	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Ativos intangíveis líquidos	2.285	43.039.433	5.766.604	-	9.208.639	58.016.961

30.09.2021						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Aquisições	-	1.841.269	718.938	-	7.753.897	10.314.104
Alienações	-	(255.750)	-	-	-	(255.750)
Transferências e abates	-	9.016.779	(102.919)	-	(9.016.779)	(102.919)
Regularizações	-	-	76.460	-	-	76.460
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	432.868	1.053.154	-	1.486.022
Saldo final	4.380.552	144.318.449	18.401.083	1.497.893	7.945.756	176.543.734
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Amortizações do período	955	8.578.396	987.124	-	-	9.566.476
Transferências e abates	-	-	(102.919)	-	-	(102.919)
Regularizações	-	(32)	40.990	-	-	40.959
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	281.178	1.053.154	-	1.334.332
Saldo final	4.379.222	99.255.082	12.715.505	1.497.893	-	117.847.702
Ativos intangíveis líquidos	1.330	45.063.368	5.685.578	-	7.945.756	58.696.032

As amortizações do período findo em 30 de setembro de 2021 respeitantes ao **Grupo**, no montante de 9.566.476 Euros (13.133.072 Euros em 30 de setembro de 2020) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Durante o período findo a 30 de setembro de 2021, o Grupo procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos intangíveis, destacando-se o software aplicacional, pertencente à classe de programas de computador, respetivamente, estendendo as mesmas de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da amortização no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021 de 4.468 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 5.586 milhares de euros.

Na rubrica “Propriedade Industrial” referente ao **Grupo**, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do período.

Foram capitalizados em “programas de computador” ou “ativos intangíveis em curso”, os valores de 690.493 Euros e 821.884 Euros, respetivamente, em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, que dizem respeito à participação de recursos internos do **Grupo** no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT Expresso do *software* “Microserv/Minerva” no valor aproximando de 360 mil Euros, do *software* “SalesForce” no valor aproximando de 166 mil Euros e do *software* “Integração e Processos” no valor aproximando de 181 mil Euros.

Propriedade Industrial:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT, de licenças “Citrix” no valor de 321 mil Euros, licenças “Desk Management” no valor de aproximado de 163 mil Euros e licenças “Security & performance analytics” no valor de 169 mil Euros.

Os ativos intangíveis em curso do **Grupo** em 30 de setembro de 2021 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	Grupo
De minimis - software	1.107.670
Solução OneBiller	836.456
CRM - Software	729.596
Data Ignition	297.735
Digital Channels	283.296
Informação de Gestão - Software	210.180
	3.464.933

O **Grupo** não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2021.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de setembro de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os Ativos intangíveis do **Grupo** estão registados possa não ser recuperado.

O valor das despesas de pesquisa e desenvolvimento incorridas pelo Grupo no ano de 2020, no montante de 5.304.741 Euros foi divulgado na Nota 25.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não foram capitalizados, no **Grupo**, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requiera um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis do Grupo totalizam no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021, 3.162.389 Euros.

6. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o **Grupo** tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	31.12.2020		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.312.358	15.009.771	18.322.129
Alienações	(15.801)	(66.406)	(82.207)
Transferências e abates	(104.524)	(1.660.814)	(1.765.338)
Saldo final	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	213.853	9.706.133	9.919.985
Depreciações do período	-	235.404	235.404
Alienações	(85)	(21.759)	(21.844)
Transferências e abates	(11.259)	(1.173.919)	(1.185.178)
Saldo final	202.509	8.745.858	8.948.368
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	749.144	749.144
Perdas por imparidade do período	-	(298.836)	(298.836)
Saldo final	-	450.308	450.308
Propriedades de investimento líquidas	2.989.524	4.086.384	7.075.908
	30.09.2021		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Transferências e abates	(9.352)	(80.058)	(89.409)
Saldo final	3.182.682	13.202.493	16.385.175
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	202.509	8.745.858	8.948.368
Depreciações do período	-	170.906	170.906
Transferências e abates	(602)	(37.363)	(37.965)
Saldo final	201.908	8.879.401	9.081.309
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	450.308	450.308
Perdas por imparidade do período	-	(16.499)	(16.499)
Saldo final	-	433.809	433.809
Propriedades de investimento líquidas	2.980.774	3.889.282	6.870.056

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do **Grupo**, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos fixos dos CTT classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2020 efetuadas por entidades independentes, ascende a 11.956.192 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Transferências e Abates no montante de 1.765.338 Euros, respeita à transferência para ativos fixos tangíveis, assim como das respetivas depreciações acumuladas no montante de 1.185.178 Euros, de um conjunto de imóveis que passaram a estar afetos à atividade operacional do Grupo.

As depreciações o período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021, no montante de 170.906 Euros (181.212 Euros em 30 de setembro de 2020) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021, o montante de rendas cobradas pelo **Grupo** pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 22.608 Euros (30 de setembro de 2020: 15.812 Euros).

Em 31 de dezembro de 2020, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (298.836) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelo aumento do valor de mercado de alguns edifícios, bem como pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis mencionados anteriormente.

Em 30 de setembro de 2021, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (16.499) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelo pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.09.2021		
			Percentagem do capital detido		Total	Percentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
Empresa - mãe:								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias:								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	100	100	-	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Fundo Inovação TechTree ("TechTree")	Portugal	Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19 1.º Esq 1070-072 Lisboa	25	75	100	25	75	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7.º B 1050-083 Lisboa	-	100	100	-	100	100
HCCM - Outsourcing Investment, S.A. ("HCCM")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	100	100
NewSpring Services, S.A. ("NSS")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	100	100

Relativamente à empresa “CORRE”, em virtude de o **Grupo** ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 9 de outubro de 2020, o **Grupo** criou a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., que atua na área da prestação de serviços de consultoria para os negócios e apoio à gestão e administração de empresas, integrando o perímetro de consolidação em 2020.

Em dezembro de 2020, os CTT e um conjunto de suas subsidiárias, subscreveram unidades de participação (UPs) do fundo de investimento e inovação, TechTree. As entidades subscritoras deste fundo têm a possibilidade de beneficiar do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), destinado a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento. O fundo Techtree integrou o perímetro de consolidação em 2020.

Em 25 de janeiro de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A. subscreveram um aumento de capital social na subsidiária Banco CTT, S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 10.000.000 euros dando origem à emissão de 10.000.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social do Banco CTT, S.A. no valor de 286.400.000 euros passou para 296.400.000 euros.

Em 30 de agosto de 2021, foi adquirido a totalidade do capital da NewSpring Services, S.A. (“NewSpring Services”) e da sua holding HCCM – Outsourcing Investment, S.A. (“HCCM – Outsourcing Investment”), sociedades que atuam no mercado de Business Process Outsourcing (BPO) e Contact Center, pelo montante de 10.573.344 Euros. Ver impacto da aquisição nas alterações no perímetro de consolidação infra.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o **Grupo** detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.09.2021		
			Porcentagem do capital detido		Total	Porcentagem do capital detido		Total
			Direta	Indireta		Direta	Indireta	
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	-	51	51	-	51
Wolfspring, ACE	Portugal	Urbanização do Passil, nº 100-A 2890-1852 Alcochete	-	-	-	-	50	50
MKTPlace - Comércio Eletrónico, S.A (*MKTP*)	Portugal	Rua Eng.ª Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	-	50	50	-	50

A entidade MKTplace – Comércio Eletrónico, S.A., uma parceria realizada com a Sonae – SGPS, S.A. é uma plataforma de comércio eletrónico que presta serviços integrados de intermediação de relações comerciais entre comerciantes e consumidores. Cada um dos acionistas, CTT e Sonae, detêm 50% do capital da referida entidade.

Em 31 de março de 2021, a entidade MKTPlace – Comércio Eletrónico, S.A. foi alvo de um aumento de capital sob a forma de prestação acessória, sendo aprovado o montante de 2.305.562 euros. Foi realizado a 12 de abril de 2021, o montante de 767.956 euros, em 1 de julho de 2021, o montante de 621.069 euros e o remanescente irá ocorrer em outubro de 2021 no montante de e 916.537 euros.

Com referência a 30 de setembro de 2021, a entidade Wolfspring ACE passou a integrar as entidades conjuntamente controladas cujos interesses são detidos pelo Grupo. A participação nesta entidade é detida pela New Spring Services (entidade que integrou o perímetro de consolidação no presente período) e resulta de uma parceria com a Reisswolf – Tratamento confidencial e reciclagem de dados e serviços, S.A. para a prestação de serviços na área de custódia e gestão de arquivos.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o **Grupo** detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			30.09.2021		
			Porcentagem do capital detido			Porcentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL ¹⁴	Espanha	Castellon - Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ¹⁴	Espanha	Málaga - Espanha	-	30	30	-	30	30

¹⁴ Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do **Grupo** inclui as seguintes entidades estruturadas:

	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1 ^(*)	2017	Portugal	26,8%	Integral
Ulisses Finance No.2 ^(*)	2021	Portugal	0,6%	Integral
Chaves Funding No.8 ^(*)	2019	Portugal	100%	Integral
Next Funding No.1 ^(*)	2021	Portugal	100%	Integral

() Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos.*

Nas demonstrações financeiras consolidadas a 30 de setembro de 2021, foi incluída a entidade estruturada Next Funding No.1. Esta entidade resulta da parceria entre o Banco CTT e a Sonae Financial Services para o financiamento do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. Os ativos subjacentes da operação Next Funding No.1 foram consolidados e reconhecidos nas contas consolidadas por se considerar que o Banco CTT i) é responsável por todas atividades relevantes inerentes à gestão dos ativos subjacentes, ii) tem exposição aos rendimentos variáveis e iii) tem a capacidade de afetar os seus retornos variáveis através do poder de gerir as atividades relevantes.

No decurso do terceiro trimestre de 2021, o Grupo Banco CTT procedeu à emissão de uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito no montante de 250 milhões de euros. Considerando o disposto na IFRS10 esta operação passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do **Grupo**:

	31.12.2020	30.09.2021
Caixa e equivalentes de caixa	9.896.409	21.872.302
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos)	44.517.924	282.894.856

Alterações no perímetro de consolidação

Em 2020, o perímetro de consolidação passou a integrar a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., constituída em 9 de outubro de 2020, e o fundo de investimento e inovação, TechTree, constituído em dezembro de 2020.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, as entidades estruturadas Next Funding No.1. e Ulisses Finance Nº.2 passaram a integrar o perímetro de consolidação.

No período findo a 30 de setembro de 2021, o perímetro de consolidação foi, igualmente alterado na sequência da aquisição da NewSpring Services, e da sua *holding* HCCM – Outsourcing Investment. No dia 16 de junho de 2021, os CTT através da sua

subsidiária CTT Soluções Empresariais, S.A., celebrou um contrato de compra da totalidade do capital social destas sociedades que atuam no mercado de *Business Process Outsourcing* (BPO) e *Contact Center*.

A aquisição foi concretizada a 30 de agosto de 2021 (data de *closing* da operação), por um preço fixo inicial de 7.000.000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados com a posição de Caixa líquida e *Working Capital* das empresas adquiridas, cifrando-se o preço de aquisição em 10.573.344 Euros. Adicionalmente, foram acordados *earnouts* dependendo da atividade da sociedade ao longo dos 2 anos seguintes ao referido fecho, em função do cumprimento de objetivos pré-definidos para a NewSpring Services, incluindo targets de EBITDA.

O Grupo incorreu em gastos relacionados com a aquisição da NewSpring Services de 170.716 de Euros relacionados com a transação, nomeadamente assessoria financeira e custos legais. Estes gastos foram registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

O *Purchase Price Allocation* (PPA) encontra-se em curso, estando ainda o Grupo a avaliar os pressupostos e critérios para a avaliação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, e será concluído no prazo de 12 meses após a data de aquisição conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações empresariais.

Desta forma, o reconhecimento inicial do *Goodwill* apurado na compra da NewSpring Services, demonstra-se como segue:

Reconhecimento inicial	
Ativos adquiridos (HCCM)	5.887.230
Passivos adquiridos (HCCM)	50.992
Total dos ativos líquidos adquiridos (HCCM)	5.836.238
Ativos adquiridos (NSS)	9.875.561
Passivos adquiridos (NSS)	6.995.252
Total dos ativos líquidos adquiridos (NSS)	2.880.309
Total dos ativos líquidos (NSS) - Participação CTT-SE (*)	139.292
Goodwill	9.097.814
Justo valor das componentes contingentes	4.500.000
Preço de aquisição	10.573.344

(*) Aquisição pela CTT-SE de 4,84% do capital da NSS, sendo os remanescentes 95,16% pertencentes à HCCM.

As componentes contingentes respeitam aos *earnouts* acima descritos, sendo o seu justo valor apurado com base na melhor estimativa à data do *closing* da operação, sujeita a reavaliação a cada data de reporte.

Salienta-se que o *Goodwill* apurado foi totalmente alocado à Unidade Geradora de Caixa NewSpring Services, uma vez que a HCCM – Outsourcing investment tem como única atividade a gestão da participação social nesta entidade.

Os resultados da NewSpring Services apresenta-se como segue (relativos ao mês de setembro de 2021):

Demonstração dos resultados por natureza - 30.09.2021	
Rubrica	Montante
Vendas e serviços prestados	1.918.554
Outros rendimentos e ganhos operacionais	23.265
	1.941.818
Fornecimentos e serviços externos	(651.117)
Gastos com o pessoal	(978.053)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	(62.686)
Outros gastos e perdas operacionais	(27.275)
	(1.719.130)
Gastos e perdas financeiros	(3.282)
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(9.408)
Resultado antes de impostos	209.998
Imposto sobre o rendimento do período	(47.250)
Resultado líquido do período	162.749

8. Títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, no **Grupo** a rubrica “Títulos de dívida” detalha-se como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	860.281	88.452
Obrigações de outros emissores	11.413.276	5.961.979
	12.273.557	6.050.431
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	450.600.878	222.304.619
Obrigações de outros emissores	2.665.125	-
Imparidade	(175.486)	(87.071)
	453.090.517	222.217.548
	465.364.074	228.267.979
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	6.760.199	3.495.272
Obrigações de outros emissores	521.074	843.456
	7.281.273	4.338.727
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	39.973.188	20.476.240
Obrigações de outros emissores	5.193.374	25.383.683
Imparidade	(6.505)	(25.451)
	45.160.057	45.834.472
	52.441.330	50.173.199
	517.805.404	278.441.178

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros e de 4.256 Euros, respetivamente.

O decréscimo verificado nos títulos de dívida pública ao custo amortizado é justificado pela venda de títulos para financiamento da parceria com a Sonae no cartão Universo.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, apresenta-se como segue:

	31.12.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral⁽¹⁾							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	45.271	6.714.928	6.760.199	860.281	-	860.281	7.620.481
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	521.074	-	521.074	11.413.276	-	11.413.276	11.934.350
	566.345	6.714.928	7.281.273	12.273.557	-	12.273.557	19.554.830

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2020 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros.

	31.12.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	4.492.510	13.931.350	18.423.860	60.600.346	209.854.020	270.454.366	288.878.226
Estrangeiros	993.484	20.555.844	21.549.328	24.543.252	155.603.260	180.146.511	201.695.839
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	5.193.374	-	5.193.374	2.665.125	-	2.665.125	7.858.500
	10.679.369	34.487.193	45.166.562	87.808.724	365.457.279	453.266.003	498.432.565

	30.09.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral⁽¹⁾							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	2.733.970	761.302	3.495.272	88.452	-	88.452	3.583.724
Estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	3.811	839.644	843.456	5.961.979	-	5.961.979	6.805.434
	2.737.781	1.600.946	4.338.727	6.050.431	-	6.050.431	10.389.158

(1) Com referência a 30 de junho de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 4.256 Euros.

	30.09.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Titulos de dívida pública							
Nacionais	4.414.935	324.551	4.739.486	61.233.784	80.999.310	142.233.095	146.972.581
Estrangeiros	2.741.041	12.995.712	15.736.753	6.104.705	73.966.820	80.071.525	95.808.278
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	14.000.282	11.383.402	25.383.683	-	-	-	25.383.683
	21.156.258	24.703.665	45.859.923	67.338.489	154.966.130	222.304.619	268.164.542

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	5.878	(101)	-	(84)	5.918
Ativos financeiros ao custo amortizado	169.217	23.878	(15.549)	-	(2.060)	175.486
	169.442	29.756	(15.650)	-	(2.144)	181.404
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	-	3.487	(60)	-	84	3.511
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.136	885	(576)	-	2.060	6.505
	4.136	4.372	(636)	-	2.144	10.016
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	9.365	(161)	-	-	9.429
Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	24.763	(16.125)	-	-	181.991
	173.578	34.128	(16.286)	-	-	191.420

	30.09.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	5.918	-	(3.012)	-	(427)	2.479
Ativos financeiros ao custo amortizado	175.486	18.163	(71.919)	-	(34.659)	87.071
	181.404	18.163	(74.932)	-	(35.086)	89.550
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.511	-	(2.160)	-	427	1.778
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.505	5.309	(21.022)	-	34.659	25.451
	10.016	5.309	(23.183)	-	35.086	27.229
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	-	(5.173)	-	-	4.256
Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	23.472	(92.942)	-	-	112.522
	191.420	23.472	(98.114)	-	-	116.778

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	9.365	-
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161)	(4.118)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	-	(1.055)
Imparidade – Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	4.256

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	9.204	(5.173)
Imparidade – Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	4.256

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	11.139	23.472
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	1.636	(75.655)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(4.136)	(17.286)
Imparidade – Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	112.522

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	<u>31.12.2020</u>	<u>30.09.2021</u>
	<u>Stage 1</u>	<u>Stage 1</u>
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	8.639	(69.469)
Imparidade – Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	112.522

De acordo com a política contabilística em vigor, o Banco CTT avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento definidos nas políticas contabilísticas.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, no **Grupo** as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2020	30.09.2021
Ativo não corrente		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Empréstimos a instituições de crédito	11.424.488	6.821.747
Imparidade	(3.712)	(2.216)
Outros	2.107	1.057.227
	11.422.884	7.876.758
Ativo corrente		
Aplicações em instituições de crédito	20.000.635	2.350.000
Empréstimos a instituições de crédito	7.504.875	6.364.484
Imparidade	(23.980)	(1.795)
Outros	5.213.955	5.251.795
Imparidade	(3.238.971)	(3.244.992)
	29.456.513	10.719.493
	40.879.397	18.596.251
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	44.506.988	282.877.146
	44.506.988	282.877.146
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	10.936	17.710
Outros	21.475.716	34.391.963
	21.486.652	34.409.673
	65.993.640	317.286.819

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Até 3 meses	12.872.862	2.712.372
De 3 a 12 meses	14.632.648	6.002.113
De 1 a 3 anos	10.462.768	6.821.747
Mais de 3 anos	961.721	0
	38.929.998	15.536.232

As aplicações em instituições de crédito apresentaram no período de nove meses uma taxa média anual de 1,122% (31 de dezembro de 2020: 1,179%).

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	47.303	19.840	(180.787)	-	137.625	23.980
Outros	4.182.457	32.889	(976.375)	-	-	3.238.971
	4.229.760	52.729	(1.157.162)	-	137.625	3.262.951
	4.396.009	55.800	(1.185.146)	-	-	3.266.663
	30.09.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.712	455	(13.541)	-	11.590	2.216
	3.712	455	(13.541)	-	11.590	2.216
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	23.980	368	(10.964)	-	(11.590)	1.795
Outros	3.238.971	6.021	-	-	-	3.244.992
	3.262.951	6.389	(10.964)	-	(11.590)	3.246.786
	3.266.663	6.844	(24.505)	-	0	3.249.003

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	22.911	823
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161.468)	(2.121)
Ativos financeiros desconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(47.303)	(22.383)
Imparidade	27.692	4.011

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020	30.09.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(185.860)	(23.681)
Imparidade	27.692	4.011

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Securitizações	44.517.924	282.894.856
	44.517.924	282.894.856

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2020					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	30.401.824	30.429.037
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	6.992.378
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.096.509
				44.501.824	44.517.924

30.09.2021					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	14.791.409	14.796.679
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.000.302
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.104.547
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 bps	203.750.000	206.237.602
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 bps	10.000.000	10.000.204
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 bps	20.000.000	20.001.325
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 bps	11.250.000	11.252.152
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 bps	3.750.000	3.750.977
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 bps	1.250.000	1.250.514
Ulisses Finance No.2 – Class G	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 500 bps	1.500.000	1.500.556
				280.391.409	282.894.856

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2020					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924
	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924

30.09.2021					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	44.517.924	-	(15.610.415)	(5.981)	28.901.527
Ulisses Finance No.2	-	251.500.000	-	2.493.329	253.993.329
	44.517.924	251.500.000	(15.610.415)	2.487.348	282.894.856

No período findo a 30 de setembro de 2021, os movimentos registados em “emissões” respeitam a uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito. A rubrica “outros movimentos” inclui um montante de 2.485.140 euros relativos ao prémio de emissão da Note Class A da Ulisses Finance No.2.

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

	31.12.2020						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924
	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924

	30.09.2021						Total
	Corrente			Não corrente			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	17.710	-	17.710	-	282.877.146	282.877.146	282.894.856
	17.710	-	17.710	-	282.877.146	282.877.146	282.894.856

A rubrica Outros passivos correntes regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, no **Grupo** a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.09.2021
Crédito vivo	1.101.441.373	1.463.011.735
Crédito habitação	525.082.831	578.712.579
Crédito automóvel	568.273.557	629.270.188
Cartões de crédito	-	248.170.399
Locação financeira	6.936.643	5.477.841
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	1.380.728
Outros créditos	-	-
Crédito vencido	8.505.242	11.557.883
Crédito vencido - menos de 90 dias	1.008.648	1.022.480
Crédito vencido - mais de 90 dias	7.496.594	10.535.403
	1.109.946.614	1.474.569.618
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(27.314.448)
	1.093.281.532	1.447.255.170

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, apresenta-se como segue:

31.12.2020									
	Corrente				Não corrente			Total	
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos		Total
Crédito habitação	-	3.678.902	10.649.699	12	14.328.613	29.885.595	480.868.635	510.754.230	525.082.842
Crédito automóvel	-	24.671.168	62.937.327	6.623.827	94.232.322	163.219.651	317.445.413	480.665.063	574.897.386
Locação financeira	-	364.790	1.390.217	209.623	1.964.630	3.068.253	2.113.383	5.181.635	7.146.265
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	-	-	1.044.947	2.193.289	-	-	-	2.193.289
Outros créditos	-	-	-	626.832	626.832	-	-	-	626.832
	1.148.342	28.714.860	74.977.243	8.505.242	113.345.686	196.173.498	800.427.430	996.600.928	1.109.946.614
30.09.2021									
	Corrente				Não corrente			Total	
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos		Total
Crédito habitação	-	4.413.834	12.700.214	-	17.114.048	34.362.489	527.236.042	561.598.531	578.712.579
Crédito automóvel	-	26.329.163	70.833.075	9.083.631	106.245.869	177.649.220	354.458.731	532.107.951	638.353.819
Cartões de crédito	-	248.170.399	-	411.098	248.581.498	-	-	-	248.581.498
Locação financeira	-	469.702	1.358.264	207.399	2.035.366	2.232.927	1.416.948	3.649.874	5.685.240
Descobertos em depósitos à ordem	1.380.728	-	-	1.233.838	2.614.565	-	-	-	2.614.565
Outros créditos	-	-	-	621.917	621.917	-	-	-	621.917
	1.380.728	279.383.098	84.891.554	11.557.883	377.213.262	214.244.636	883.111.720	1.097.356.356	1.474.569.618

A 30 de setembro de 2021 é apresentado um montante de 248.170.399 euros de crédito bruto de cartões de crédito. Este saldo resulta da parceria com a Sonae Financial Services que teve início no segundo trimestre de 2021.

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Taxa fixa	528.330.964	840.712.758
Taxa variável	581.615.650	633.856.860
	1.109.946.614	1.474.569.618
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(27.314.448)
	1.093.281.532	1.447.255.170

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2020 e a 30 de setembro de 2021, por tipo de colateral é apresentada como segue:

31.12.2020					
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	531.954.585	924.100	532.878.686	(1.513.304)	531.365.381
Crédito com outras garantias	562.616.191	3.766.660	566.382.851	(10.183.295)	556.199.556
Crédito sem garantias	6.870.596	3.814.481	10.685.078	(4.968.483)	5.716.595
	1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532
30.09.2021					
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	584.213.039	1.077.740	585.290.779	(1.847.892)	583.442.887
Crédito com outras garantias	613.529.839	3.726.311	617.256.150	(13.590.349)	603.665.800
Crédito sem garantias	265.268.857	6.753.832	272.022.689	(11.876.206)	260.146.483
	1.463.011.735	11.557.883	1.474.569.618	(27.314.448)	1.447.255.170

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e em 30 de setembro de 2021, é analisada como segue:

31.12.2020					
	Crédito Vencendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Crédito automóvel	568.273.557	6.623.827	574.897.385	(14.657.207)	560.240.178
Locação financeira	6.936.643	209.623	7.146.266	(282.076)	6.864.190
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	1.044.947	2.193.289	(1.105.137)	1.088.152
Outros créditos	-	626.832	626.832	(121.900)	504.932
	1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532

30.09.2021					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	578.712.579	-	578.712.579	(572.472)	578.140.106
Crédito automóvel	629.270.188	9.083.631	638.353.819	(20.467.906)	617.885.914
Cartões de crédito	248.170.399	411.098	248.581.498	(4.717.374)	243.864.124
Locação financeira	5.477.841	207.399	5.685.240	(271.763)	5.413.477
Descobertos em depósitos à ordem	1.380.728	1.233.838	2.614.565	(1.053.469)	1.561.096
Outros créditos	-	621.917	621.917	(231.463)	390.454
	1.463.011.735	11.557.883	1.474.569.618	(27.314.448)	1.447.255.170

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2020 e a 30 de setembro de 2021, apresenta-se como segue:

31.12.2020					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.570.642	20.473	1.591.115	(46.820)	1.544.295
Indústrias extrativas	257.127	421	257.548	(4.545)	253.003
Indústrias transformadora	3.048.245	94.055	3.142.300	(105.257)	3.037.043
Água	143.772	5.712	149.484	(5.802)	143.682
Construção	6.186.340	325.240	6.511.580	(291.722)	6.219.858
Comércio por grosso e a retalho	4.781.134	470.539	5.251.673	(253.496)	4.998.177
Transportes e armazenamento	1.325.020	55.757	1.380.776	(79.724)	1.301.053
Restaurantes e hotéis	1.639.376	23.246	1.662.622	(67.124)	1.595.498
Informação e comunicação	252.085	1.971	254.056	(3.273)	250.783
Setor financeiro e segurador	171.080	1.577	172.657	(2.918)	169.739
Atividades imobiliárias	1.353.647	11.437	1.365.084	(16.980)	1.348.104
Atividades profissionais, científicas e técnicas	884.963	5.135	890.098	(31.703)	858.395
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.407.730	293.970	1.701.700	(95.120)	1.606.580
Educação	572.582	845	573.427	(8.711)	564.717
Serviços de saúde e assistência social	805.858	14.818	820.676	(33.691)	786.984
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	411.482	31.057	442.539	(36.638)	405.901
Outros serviços	23.392.740	120.422	23.513.162	(455.112)	23.058.050
Particulares					
Habitação	525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Consumo	528.154.720	7.028.553	535.183.273	(14.627.684)	520.555.589
	1.101.441.373	8.505.241	1.109.946.613	(16.665.082)	1.093.281.532

30.09.2021					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	3.462.119	31.439	3.493.559	(97.099)	3.396.459
Indústrias extrativas	653.961	371	654.332	(4.815)	649.517
Indústrias transformadora	5.769.378	122.730	5.892.109	(176.174)	5.715.935
Água	137.976	5.712	143.687	(5.987)	137.701
Construção	9.498.533	381.966	9.880.499	(422.699)	9.457.801
Comércio por grosso e a retalho	10.120.461	480.104	10.600.565	(365.269)	10.235.296
Transportes e armazenamento	3.921.042	105.439	4.026.481	(134.080)	3.892.401
Restaurantes e hotéis	3.916.081	76.621	3.992.702	(142.402)	3.850.300
Informação e comunicação	582.722	1.582	584.304	(5.855)	578.449
Setor financeiro e segurador	298.680	2.911	301.591	(4.468)	297.122
Atividades imobiliárias	1.609.836	9.433	1.619.269	(26.568)	1.592.701
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.597.500	8.051	1.605.551	(44.488)	1.561.063
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.523.513	330.707	3.854.220	(235.009)	3.619.211
Educação	720.673	487	721.160	(10.652)	710.508
Serviços de saúde e assistência social	1.458.458	15.038	1.473.496	(37.733)	1.435.763
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	827.563	70.148	897.711	(51.860)	845.851
Outros serviços	5.133.226	61.532	5.194.759	(170.308)	5.024.450
Particulares					
Habitação	578.810.209	-	578.810.209	(574.063)	578.236.147
Consumo	830.969.804	9.853.610	840.823.414	(24.804.919)	816.018.495
	1.463.011.735	11.557.883	1.474.569.618	(27.314.448)	1.447.255.170

A carteira de crédito total detalhada por stage segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Stage 1	1.026.604.019	1.348.567.140
Valor Bruto	1.030.765.765	1.355.124.464
Imparidade	(4.161.745)	(6.557.325)
Stage 2	49.989.172	67.610.267
Valor Bruto	52.213.747	70.857.664
Imparidade	(2.224.575)	(3.247.397)
Stage 3	16.688.341	31.077.764
Valor Bruto	26.967.103	48.587.490
Imparidade	(10.278.762)	(17.509.726)
	1.093.281.532	1.447.255.170

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de *Special Purpose Entities* (SPE) e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Moratórias

O Decreto-Lei 10-J/2020 de 26 de março veio estabelecer medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia provocada pela COVID-19.

No decurso de 2020, o referido regulamento foi sendo alterado pela Lei n.º 8/2020 de 10 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 26/2020 de 16 de junho, pela Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro.

Com as várias alterações legislativas, o término do período das moratórias, inicialmente previsto para setembro de 2020, foi dilatado até setembro de 2021. As alterações legislativas foram, também, permitindo a extensão da data-limite para os clientes formalizarem os pedidos de moratória. As condições de acesso e os tipos de créditos abrangidos também foram sendo alteradas. As medidas previstas na legislação anteriormente descrita – Moratórias Públicas –, materializam-se na concessão de um período de carência de capital ou capital e juros aos devedores de contratos de crédito.

Adicionalmente à Moratória Pública, a ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado – criou a Moratória Privada ASFAC, que estabeleceu medidas excecionais de apoio e proteção às famílias resultantes dos impactos financeiros decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, similares às previstas na Moratória Pública e aplicável à carteira de crédito automóvel da 321 Crédito.

De acordo com as Orientações EBA relativas ao relato e divulgação de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19 (EBA/GL/2020/07), apresentam-se de seguida – a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 – as exposições brutas e imparidade dos contratos com moratórias em vigor:

31.12.2020	Montante escriturado bruto							
	Montante escriturado bruto	Produtivos			Não produtivos			
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há > 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	40.389.848	40.040.953	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: famílias	31.118.478	31.118.478	-	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	31.112.216	31.112.216	-	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	9.271.370	8.922.475	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: pequenas e médias empresas	8.115.476	7.808.860	-	701.065	306.615	-	272.227	276.320
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	2.793.523	2.705.329	-	-	88.194	-	88.194	88.194

(*) desde o reconhecimento inicial sem imparidade de crédito (Fase 2)

30.09.2021	Montante escriturado bruto							
	Produtivos				Não produtivos			
	Montante escriturado bruto	Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias	Entradas para exposições não produtivas
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	3.429.883	3.429.883	-	632.043	-	-	-	-
dos quais: famílias	2.965.891	2.965.891	-	582.902	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	2.965.891	2.965.891	-	582.902	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	463.991	463.991	-	49.141	-	-	-	-
dos quais: pequenas e médias empresas	424.365	424.365	-	49.141	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

O decréscimo verificado respeita ao facto de 92% das moratórias ativas em dezembro 2021 terem terminado em setembro 2021. Os montantes ainda em aberto à data de 30 de setembro de 2021, respeitam a um alargamento da data-limite para a formalização dos pedidos de moratória, que originou a receção de pedidos de alguns clientes até 31 de março de 2021, com uma duração até 9 meses.

31.12.2020	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito							
	Produtivos				Não produtivos			
	Imparidade acumulada	Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias	
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(394.328)	(246.066)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)	
dos quais: famílias	(67.896)	(67.896)	-	-	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(67.849)	(67.849)	-	-	-	-	-	
dos quais: sociedades não financeiras	(326.431)	(178.170)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)	
dos quais: pequenas e médias empresas	(195.967)	(75.642)	-	(27.386)	(120.325)	-	(106.384)	
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(130.679)	(105.339)	-	-	(25.339)	-	(25.339)	

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

30.09.2021	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito							
	Produtivos				Não produtivos			
	Imparidade acumulada	Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias	
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(12.395)	(12.395)	-	(7.524)	-	-	-	
dos quais: famílias	(8.643)	(8.643)	-	(6.724)	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(8.643)	(8.643)	-	(6.724)	-	-	-	
dos quais: sociedades não financeiras	(3.752)	(3.752)	-	(800)	-	-	-	
dos quais: pequenas e médias empresas	(3.470)	(3.470)	-	(800)	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	-	-	-	-	-	-	-	

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

De seguida apresentam-se os números totais de pedidos de moratórias, de moratórias concedidas (excluindo desistências) e as moratórias em vigor a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021:

31.12.2020	Números de devedores	Montante escriturado bruto							
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	Prazo residual das moratórias				
					≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 9 meses	> 9 meses ≤ 12 meses	> 1 ano
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.018	103.469.519	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.364	82.150.696	54.212.773	41.760.849	9.423.344	388.779	30.577.724	-	-
dos quais: famílias		71.837.335	44.355.505	40.718.857	151.975	388.779	30.577.724	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		44.335.088	44.335.088	13.222.871	145.713	388.779	30.577.724	-	-
dos quais: sociedades não financeiras		10.313.362	9.857.268	1.041.992	9.271.370	-	-	-	-
dos quais: pequenas e médias empresas		9.130.510	8.674.417	1.015.034	8.115.476	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.958.321	2.958.321	164.798	2.793.523	-	-	-	-

30.09.2021	Números de devedores	Montante escriturado bruto							
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	Prazo residual das moratórias				
					≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 9 meses	> 9 meses ≤ 1 ano	
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.069	86.596.625	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.369	67.552.153	43.972.303	64.122.270	3.429.883	-	-	-	-
dos quais: famílias		57.460.790	34.254.453	54.494.899	2.965.891	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		34.235.163	34.235.163	31.269.272	2.965.891	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras		10.091.363	9.717.851	9.627.371	463.991	-	-	-	-
dos quais: pequenas e médias empresas		8.506.057	8.151.437	8.081.692	424.365	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.781.649	2.781.649	2.781.649	-	-	-	-	-

A carteira de crédito com moratória por *stage*, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, é detalhada como segue:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Montante escriturado bruto	39.220.267	820.687	348.894	40.389.848
Imparidade	(215.685)	(30.381)	(148.261)	(394.328)
Montante líquido	39.004.582	790.305	200.633	39.995.520

	30.09.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Montante escriturado bruto	2.797.840	632.043	-	3.429.883
Imparidade	(4.872)	(7.524)	-	(12.395)
Montante líquido	2.792.968	624.519	-	3.417.487

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2020	30.09.2021
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	5.886.531
Juros ainda não devidos	(521.389)	(408.690)
Valor presente	6.936.643	5.477.841

O valor dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira, por prazos de maturidade é analisado como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Até 1 ano	1.763.456	1.837.885
1 ano até 5 anos	4.601.281	3.189.684
Mais de 5 anos	1.093.295	858.962
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	5.886.531

A análise dos contratos de locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Particulares	773.163	686.275
Habitação	96.094	93.197
Outros	677.069	593.078
Empresas	6.163.480	4.791.566
Mobiliário	314.966	209.810
Imobiliário	5.848.514	4.581.756
Valor presente	6.936.643	5.477.841

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o movimento ocorrido no **Grupo** em “Imparidade para riscos de crédito” (Nota 13) foi como segue:

	31.12.2020						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	3.978.200	13.328.302	(3.299.828)	(751.968)	-	3.410.377	16.665.083

30.09.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	11.245.242	10.688.981	(5.363.281)	(21.058)	(2.334.448)	539.917	14.755.355
	11.245.242	10.688.981	(5.363.281)	(21.058)	(2.334.448)	539.917	14.755.355
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	5.419.841	9.097.979	(4.564.983)	(17.924)	2.164.625	459.554	12.559.093
	5.419.841	9.097.979	(4.564.983)	(17.924)	2.164.625	459.554	12.559.093
	16.665.083	19.786.961	(9.928.263)	(38.982)	(169.822)	999.471	27.314.448

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 30 de setembro de 2021, no montante de 9.858.698 Euros (8.655.020 Euros em 30 de setembro de 2020) foram registadas na rubrica de “Imparidade de outros ativos financeiros bancários”.

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, detalham-se como segue:

31.12.2020				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.555.460	654.163	724.897	2.934.520
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	558.236	(308.282)	7.606.556	7.856.509
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(225.784)	(50.462)	(486.310)	(762.556)
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	449.964	(177.013)	(272.951)	-
Stage 2	(252.522)	934.051	(681.529)	-
Stage 3	(233.377)	(116.151)	349.528	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
<i>Dos quais: POCI</i>	-	-	922.255	922.255

30.09.2021				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	3.389.835	1.948.038	1.123.924	6.461.796
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1.089.636)	(633.964)	6.093.916	4.370.316
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(293.988)	(79.751)	(599.675)	(973.415)
Write-offs	-	-	(38.982)	(38.982)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	759.931	(347.623)	(412.308)	-
Stage 2	(159.159)	1.558.402	(1.399.243)	-
Stage 3	(149.511)	(1.554.902)	1.704.413	-
Variações cambiais e outros movimentos	(61.888)	132.621	758.917	829.650
Imparidade	6.557.327	3.247.397	17.509.724	27.314.449
<i>Dos quais: POCI</i>	-	-	1.439.828	1.439.828

As variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco verificadas no período findo a 30 de setembro de 2021 devem-se fundamentalmente à entrada em vigor da nova definição de *Default* da EBA.

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.887.912	295.419	7.845.143	10.028.473
Transferências de Stage (líquidas)	(35.935)	640.887	(604.952)	-
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Recuperações de write-off	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083

	30.09.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	2.006.210	1.234.323	6.618.164	9.858.697
Transferências de Stage (líquidas)	451.260	(344.123)	(107.138)	-
Write-offs	-	-	(38.982)	(38.982)
Variações cambiais e outros movimentos	(61.888)	132.621	758.917	829.650
Imparidade	6.557.327	3.247.397	17.509.724	27.314.449

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente do **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.09.2021
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.500.004	1.488.700
Subsídios de Refeição	1.441.931	1.413.601
Outros	3.556.825	7.086.160
	6.498.759	9.988.461
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	283.289	274.888
Outros	-	39.683
	283.289	314.571
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.310.217	1.478.140
Outros	2.090.641	1.086.268
	3.412.059	2.575.608
	3.695.348	2.890.179

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” cv c resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por não se encontrarem ainda satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” reconhecidos pelo **Grupo** respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 772.461 euros (696.738 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo rébito é

expectável ser reconhecido no mês de outubro de 2021 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2021, e a objetos faturados e não entregues a 30 de setembro de 2021 do segmento expresso, no valor 705.679 euros (613.479 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo rédito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rédito reconhecido pelo **Grupo** no período, incluído no saldo dos passivos resultantes de contratos no início do período ascendeu a 1.310.217 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Numerário	77.580.872	107.997.577
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189.516.082	105.512.517
Disponibilidades em Bancos Centrais	167.502.343	650.928.664
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27.737.696	31.669.003
Depósitos a prazo	55.843.177	36.872.611
Caixa e seus equivalentes (Balanco)	518.180.171	932.980.372
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(15.795.600)	(19.474.900)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(3.575.300)	(2.005.465)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	17.510	14.885
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	498.826.782	911.514.891

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% dos depósitos e outras responsabilidades.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de setembro de 2021, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 650.928.664 Euros (31 dezembro de 2020: 167.502.343 Euros), dos quais 19.474.900 Euros (31 dezembro de 2020: 15.795.600 Euros) se encontravam afetos ao cumprimento das supramencionadas disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Portugal.

A rubrica “Cheques a cobrar / Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13) referente ao **Grupo**, foi como segue:

	31.12.2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	19.924	551	(2.965)	-	17.510
	19.924	551	(2.965)	-	17.510

	30.09.2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	809	(3.434)	-	14.885
	17.510	809	(3.434)	-	14.885

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 30 de setembro de 2021 respeitantes ao **Grupo**, no montante de (2.625) Euros ((438) Euros em 30 de setembro de 2020) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade do **Grupo**:

	31.12.2020						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Movimentos PPA	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	24.172	-	(4.712)	-	-	-	19.460
Propriedades de investimento	749.144	-	(298.836)	-	-	-	450.308
	773.316	-	(303.548)	-	-	-	469.768
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	225	5.878	(1.01)	-	(84)	-	5.918
Investimento em títulos ao custo amortizado	169.216	23.878	(15.549)	-	(2.060)	-	175.485
Outros ativos não correntes	2.099.796	-	-	-	439.189	-	2.538.985
Crédito a clientes bancários	2.591.449	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.241
Outros ativos financeiros bancários	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	-	3.712
	5.026.935	9.026.481	(2.270.288)	(507.412)	392.374	2.301.249	13.969.341
	5.800.251	9.026.481	(2.573.836)	(507.412)	392.374	2.301.249	14.439.109
Ativos correntes							
Contas a receber	37.981.832	5.390.793	(2.014.668)	(1.724.114)	-	-	39.633.843
Crédito a clientes bancários	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	-	3.487	(60)	-	84	-	3.511
Investimento em títulos ao custo amortizado	4.136	885	(576)	-	2.060	-	6.505
Outros ativos correntes	8.341.734	1.886.462	(85.730)	(275.680)	185.765	-	10.052.551
Outros ativos financeiros bancários	4.229.759	52.729	(1.157.163)	-	137.626	-	3.262.950
Depósitos e aplicações bancárias	19.923	551	(2.965)	-	-	-	17.509
	51.964.134	11.669.556	(4.334.338)	(2.244.350)	232.581	1.109.127	58.396.710
Ativos não correntes detidos para venda	184.609	99.640	(1.470)	-	-	-	282.778
	184.609	99.640	(1.470)	-	-	-	282.778
Mercadorias	2.116.305	51.348	-	(104.705)	-	-	2.525.086
Matérias-primas, sub. e de consumo	725.188	131.708	(7.310)	(2.255)	-	-	847.331
	2.841.493	645.194	(7.310)	(106.960)	-	-	3.372.417
	54.990.236	12.414.389	(4.343.118)	(2.351.310)	232.581	1.109.127	62.051.906
	60.790.487	21.440.870	(6.916.953)	(2.858.722)	624.955	3.410.377	76.491.014

	30.09.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	19.460	-	-	-	-	-	-	19.460
Propriedades de investimento	450.308	-	(16.499)	-	-	-	-	433.809
	469.768	-	(16.499)	-	-	-	-	453.269
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	5.918	-	(3.012)	-	(427)	-	-	2.479
Investimento em títulos ao custo amortizado	175.486	18.163	(71.919)	-	(34.659)	-	-	87.071
Outros ativos não correntes	2.538.985	-	-	-	179.726	-	-	2.718.711
Crédito a clientes bancários	11.245.241	10.688.981	(5.363.281)	(21.058)	(2.334.448)	-	539.917	14.755.355
Outros ativos financeiros bancários	3.712	455	(13.541)	-	11.590	-	-	2.216
	13.969.342	10.707.600	(5.451.753)	(21.058)	(2.178.218)	-	539.917	17.565.832
	14.439.110	10.707.600	(5.468.252)	(21.058)	(2.178.218)	-	539.917	18.019.101
Ativos correntes								
Contas a receber	39.633.843	3.181.135	(2.150.049)	(956.830)	214	51.648	-	39.759.961
Crédito a clientes bancários	5.419.841	9.097.979	(4.564.983)	(17.924)	2.164.625	-	459.554	12.559.093
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	3.511	-	(2.160)	-	427	-	-	1.778
Investimento em títulos ao custo amortizado	6.505	5.309	(21.022)	-	34.659	-	-	25.451
Outros ativos correntes	10.052.551	686.977	(221.504)	(228.055)	(179.726)	-	-	10.110.243
Outros ativos financeiros bancários	3.262.951	6.389	(10.964)	-	(11.590)	-	-	3.246.786
Depósitos e aplicações bancárias	17.509	805	(3.429)	-	-	-	-	14.885
	58.396.711	12.978.595	(6.974.111)	(1.202.809)	2.008.609	51.648	459.554	65.718.197
Ativos não correntes detidos para venda	282.778	26.834	(121.825)	-	-	-	-	187.788
	282.778	26.834	(121.825)	-	-	-	-	187.788
Mercadorias	2.525.086	476.790	-	(50.299)	-	-	-	2.951.577
Matérias-primas, sub. e de consumo	847.331	113.809	-	(99.631)	-	-	-	861.509
Subprodutos, desperd. resid e refugos	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.372.417	590.599	-	(149.930)	-	-	-	3.813.086
	62.051.906	13.596.028	(7.095.936)	(1.352.739)	2.008.609	51.648	459.554	69.719.071
	76.491.016	24.303.628	(12.564.188)	(1.373.797)	(169.608)	51.648	999.471	87.738.172

Com referência a 31 de dezembro de 2020, o **Grupo** procedeu à revisão das *expected credit losses* (“ECL”) a aplicar aos valores a receber e depósitos bancários, tendo procedido à reformulação dos parâmetros de risco de forma a fazer refletir na

componente de *forward looking* a deterioração económica decorrente da situação da COVID-19, considerando para o efeito a conjugação das projeções de evolução da taxa de desemprego e do PIB. A 30 de setembro de 2021, não ocorreram alterações face à revisão efetuada em 2020.

Os montantes classificados em “Outros movimentos”, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, respeitam a movimentos decorrentes dos ajustamentos aos créditos POCl (*Purchase or Originated Credit Impaired*) no âmbito da aquisição da 321 Crédito em 1 de maio de 2019, de acordo com a IFRS 3 - *Business Combinations*.

14. Capital

Em 30 de setembro de 2021, o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, conforme informação reportada, resumem-se como segue:

31.12.2020			
Acionista	Nº ações	%	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	19.683.269	13,122%
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	15.057.937	10,039%
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	10.020.000	6,680%	5.010.000
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	10.020.000	6,680%
Norges Bank ⁽⁴⁾	Total	5.250.000	3,500%
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁵⁾	Total	3.495.499	2,330%
BPI Gestão de Activos ⁽⁶⁾	Total	3.044.307	2,030%
CTT, S.A. (ações próprias)	Total	1	0,000%
Restantes acionistas ⁽⁷⁾	Total	93.448.987	62,299%
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é *Managing Member*, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome da GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (4) Dado que o número exato de ações não foi comunicado pelo acionista, o número apresentado corresponde a um cálculo baseado na percentagem total indicada na comunicação respetiva. Em 05.01.2021, o Norges Bank comunicou o aumento da sua participação qualificada nos CTT, passando a deter 3,51% do seu capital social e direitos de voto, tendo, em 19.01.2021, comunicado a redução da sua participação qualificada para 2,83% do capital social e direitos de voto dos CTT, conforme comunicados de participação qualificada disponíveis no website dos CTT, respetivamente em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=participacao&year=2021&search=> e https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/0add6afa-463f-45a0-9345-7ebd431211fa/ficheiroPdf/Norges%20Bank%2019jan2021_PT.pdf?bylnode=true.
- (5) O BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome dos fundos BBVA BOLSA FI, BBVA BOLSA EURO FI, BBVA BOLSA EUROPA FI e BBVA BOLSA PLUS FI na qualidade de sociedade gestora. A Cidessa Uno SL é a entidade controladora

direta do BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIC.

- (6) Participação correspondente ao conjunto de ações dos CTT detidas por fundos de investimento mobiliários portugueses geridos pela BPI Gestão de Activos bem como detidas por carteiras relativamente às quais a BPI Gestão de Activos Fundos tem a respetiva gestão discricionária, conforme comunicado de participação qualificada efetuado em 31.10.2019 e publicado no website dos CTT em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/7ab7ba0d-cce1-4abd-84b2-030bb98b2fe0/ficheiroPdf/BPI%2031out2019_PT.pdf?bylnode=true.
- (7) Em 04/01/2021, o Citigroup Global Markets Limited apresentou uma notificação de participação qualificada em virtude de considerar que, após 31/12/2020 deixou de cumprir os critérios para recorrer à isenção da carteira de negociação, na sequência da saída do Reino Unido da União Europeia e da conclusão do período de transição do Brexit (v. comunicado no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>). Em 22 de fevereiro de 2021 o Citigroup Global Markets Limited comunicou uma redução da sua participação acionista para 1,9042% pelo que deixou de deter participação qualificada nos CTT (ver *press release* no website dos CTT em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/8b8a93a9-4017-4940-9e93-c184a61fe4f1/ficheiroPdf/Citigroup%2004jan2021_PT.pdf?bylnode=true).

30.09.2021				
Acionista		Nº ações	%	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾		19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud		353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾		15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾		10.020.000	6,680%	5.010.000
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	10.020.000	6,680%	5.010.000
Green Frog Investments Inc	Total	7.730.000	5,153%	3.865.000
Norges Bank	Total	3.105.287	2,070%	1.552.644
Bestinver Gestión S.A. SGIC ⁽⁴⁾	Total	3.024.366	2,016%	1.512.183
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁵⁾	Total	1.500.001	1,000%	750.001
Restantes acionistas	Total	89.879.140	59,919%	44.939.570
TOTAL		150.000.000	100,000%	75.000.000

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração do qual Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (4) A Bestinver Gestión S.A. SGIC é uma sociedade espanhola de gestão de fundos. Como tal, exerce os direitos de voto inerentes às ações que são propriedade das instituições de investimento que gere e representa. Além disso, foi outorgada à Bestinver Gestión, S.A. SGIC uma procuração para o exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos fundos de pensões geridos pela Bestinver Pensiones EGFP, S.A..
- (5) Ações detidas pelos CTT na sequência da conclusão, em 22 de junho de 2021, da negociação no quadro do Programa de Recompra de ações próprias da Sociedade, cujos principais termos e condições constam do comunicado relativo ao início da negociação divulgado no dia 17 de maio de 2021, (vide comunicados disponíveis no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=informacao&year=2021&search=>).

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias” do **Grupo**:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	8	8,488
Aquisições	1.500.000	6.404.954	4,270
Saldo em 30 setembro de 2021	1.500.001	6.404.963	4,270

Em 30 de setembro de 2021, os CTT são detentores de 1.500.001 ações próprias, com o valor nominal de 0,50€, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324^a do Código das Sociedades Comerciais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 17 de maio de 2021, foi deliberado por unanimidade a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias dos CTT (“Programa de Recompra”), incluindo os respetivos termos e condições.

A implementação do Programa de Recompra veio na sequência da aprovação da proposta da Comissão de Vencimentos da Sociedade da política de remuneração e do plano de atribuição aos Administradores executivos dos CTT de opções sobre ações representativas do capital social da Sociedade (“Plano Administração”), por parte da Assembleia Geral de Acionistas dos CTT realizada no passado dia 21 de abril de 2021, bem como da intenção do Conselho de Administração de pôr em prática também um programa de atribuição de opções sobre ações representativas do capital social da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT (“Plano Quadros Dirigentes”).

O objetivo único do Programa de Recompra é a aquisição de ações próprias com vista ao cumprimento da obrigação de entrega de ações representativas do capital social dos CTT aos participantes nos Planos, com base no número estimado de ações necessárias para fazer face à liquidação das opções atualmente atribuídas ao abrigo do Plano Administração, bem como das opções cuja atribuição ao abrigo do Plano Quadro Dirigentes está prevista pelo Conselho de Administração.

O Programa de Recompra decorreu até à data de 22 de junho de 2021. A esta data, a Sociedade detinha, como resultado das operações de aquisição, um total acumulado de 1.500.001 ações próprias, representativas de 1% do capital social.

De acordo com os termos e condições do Programa de Recompra, o objetivo do referido programa encontra-se cumprido, tendo-se dado como concluído.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica de “Reservas” do **Grupo** apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	15.990	50.836.597	65.852.595
Justo valor de ativos	-	-	67.340	-	67.340
Saldo final	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935

	30.09.2021				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935
Aquisição de ações próprias	-	6.404.955	-	(6.404.955)	-
Justo valor de ativos	-	-	(37.583)	-	(37.583)
Plano de ações	-	-	-	810.000	810.000
Saldo final	15.000.000	6.404.963	45.747	45.241.642	66.692.352

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 30 de setembro de 2021, esta rubrica inclui o montante de 6.404.963 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

No período de nove meses findo a 30 de setembro de 2021, foi constituída uma reserva no montante de 810.000 Euros relacionada com o programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade aos membros dos órgãos sociais e quadros dirigentes e que se encontra detalhadamente explicado na nota 23 – Gastos com o pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados” do **Grupo**:

	31.12.2020	30.09.2021
Saldo inicial	10.867.301	39.962.419
Aplicação do resultado líquido do período anterior (Nota 16)	29.196.933	16.669.309
Distribuição de dividendos (Nota 16)	-	(12.750.000)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(15.806)	19.250
Outros movimentos	(86.009)	-
Saldo final	39.962.419	43.900.978

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 os movimentos ocorridos nesta rubrica do **Grupo** foram os seguintes:

	31.12.2020	30.09.2021
Saldo inicial	(49.744.144)	(47.600.236)
Ganhos/perdas atuariais	2.917.315	-
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 25)	(773.407)	-
Saldo final	(47.600.236)	(47.600.236)

16. Dividendos

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 29 de abril de 2020, foi proposto e aprovado, a não distribuição de dividendos, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019. O valor do resultado líquido no montante de 29.196.933 Euros foi transferido para resultados transitados.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2020, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2021, a distribuição de dividendos no montante de 12.750.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,085 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,085 Euros.

17. Resultados por ação

Nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Resultado líquido do período	4.329.478	26.308.662
N.º médio de ações ordinárias	149.999.999	149.362.358
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,03	0,18
Diluído	0,03	0,18

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	1	637.642
N.º médio de ações durante o período	149.999.999	149.362.358

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo **Grupo**.

Em 30 de setembro de 2021 o número de ações próprias em carteira é de 1.500.001, sendo o seu número médio no período findo em 30 de setembro de 2021 de 637.642, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período, conforme mencionado na nota 15.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica de “Financiamentos obtidos” do **Grupo** apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020	30.09.2021
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	74.799.925	62.604.051
Passivos de locação	89.234.203	84.878.485
	164.034.127	147.482.536
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	16.856.747	21.891.189
Passivos de locação	25.975.879	27.342.662
	42.832.626	49.233.851
	206.866.753	196.716.387

A 30 de setembro de 2021, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,25% e 1,875% (31 de dezembro de 2020: 1,25% e 1,875%).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o detalhe dos empréstimos bancários do **Grupo** era o seguinte:

	31.12.2020			30.09.2021		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	11.250.000	9.731.747	-	12.700.000	7.724.032	1.450.000
BBVA / Bankinter	75.000.000	7.125.000	40.075.774	40.375.000	7.125.000	32.915.109
Novo Banco	35.000.000	-	34.724.151	35.000.000	7.000.000	28.112.471
Caixa Geral de Depósitos	-	-	-	168.627	42.157	126.470
Banco Montepio	25.000.000	-	-	25.000.000	-	-
BIM - (Moçambique)	40.928	-	-	40.995	-	-
	146.290.928	16.856.747	74.799.925	113.284.622	21.891.189	62.604.051

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Com referência a 31 de dezembro de 2018, foi utilizado o montante de 25 milhões de Euros, apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 24.276.250 Euros. Em 30 de setembro de 2021, aquele montante correspondia a 40.040.109 Euros, o restante valor disponibilizado não foi, por decisão da empresa, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019, foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 30 de setembro de 2021, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 35.112.471 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Particular de Papel Comercial no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 30 de setembro de 2021, não foi utilizado qualquer montante.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de *Assets Disposal*. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo **Grupo**, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2020, o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Passivos de Locação

O **Grupo** apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Até 1 ano	31.651.641	29.686.060
Entre 1 ano e 5 anos	83.337.641	67.715.601
A mais de 5 anos	18.964.112	25.303.061
Total de passivos de locação não descontados	133.953.395	122.704.722
Corrente	25.975.879	27.342.662
Não corrente	89.274.939	84.878.485
Passivos de locação incluídos na posição financeira	115.250.818	112.221.147

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Juros dos passivos de locação (nota 24)	2.483.170	2.304.076
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	2.314.591	1.518.564

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Total de pagamentos de locações	(21.029.095)	(22.745.609)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, no Grupo, detalha-se como se segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Saldo inicial	175.411.501	206.866.753
Alteração do perímetro de consolidação	-	2.667.159
Movimentos sem cash	60.096.573	19.897.677
Alterações de contratos	56.502.919	16.384.881
Juros IFRS 16	3.270.933	2.304.076
Outros	322.721	1.208.720
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	21.293.090	59.832.194
Saída de cash	(21.405.813)	(69.801.786)
Passivos de locação:		
Entrada de cash	-	-
Saída de cash	(28.528.597)	(22.745.609)
Saldo final	206.866.753	196.716.387

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o **Grupo** constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

Grupo	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais em curso	2.848.977	1.059.573	(601.790)	(350.419)	47.075	3.003.416
Reestruturação	1.039.748	193.000	(142.401)	(7.000)	-	1.083.347
Outras provisões	10.381.956	1.318.106	(973.191)	(6.326)	(317.668)	10.402.877
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.270.681	2.570.679	(1.717.382)	(363.745)	(270.593)	14.489.641
Reestruturação	679.141	227.733	-	(743.074)	-	163.800
Outras provisões	2.685.556	842.101	-	(764.744)	-	2.762.913
	17.635.378	3.640.514	(1.717.382)	(1.871.563)	(270.593)	17.416.354

Grupo	30.09.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldo final
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	3.003.416	959.848	(1.035.175)	(52.894)	-	-	2.875.196
Reestruturação	1.083.347	-	-	(115.785)	-	53.672	1.021.234
Outras provisões	10.402.877	98.136	(1.512.372)	(4.505)	-	-	8.984.135
Garantias a clientes	-	211.465	(18.953)	-	169.822	-	362.334
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.489.641	1.269.449	(2.566.501)	(173.184)	169.822	53.672	13.242.900
Reestruturação	163.800	8.065.000	-	(85.000)	(4.071.353)	-	4.072.447
Outras provisões	2.762.913	23.750	-	(16.041)	-	-	2.770.622
	17.416.354	9.358.199	(2.566.501)	(274.225)	(3.901.531)	53.672	20.085.969

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reversões”, no montante de 922.830 Euros em 30 de setembro de 2020 e (1.297.051) Euros em 30 de setembro de 2021.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o **Grupo**, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 667.905 Euros em 31 de dezembro de 2020 e 1.035.175 Euros em 30 de setembro de 2021, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2020 ou 2021, respetivamente, se revelou favorável ao **Grupo**, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Reestruturações

Em junho de 2021, os CTT aprovaram um novo programa de otimização de RH tendo em conta a necessidade de otimização das equipas. Este programa pressupõe o lançamento de um Programa de Saídas Voluntárias com base em celebração de Acordos de Suspensão ou de Pré-Reformas, estando prevista a celebração de cerca de 118 acordos. Em junho de 2021, foi constituída uma provisão no montante de 8.000.000 Euros no Grupo tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza. A 30 de setembro de 2021, na sequência dos acordos realizados até esta data

foi efetuada a transferência do montante de 4.071.353 Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira.

A provisão constituída em 2018 no âmbito do Plano de Transformação Operacional, na vertente da rede de distribuição e das operações de tratamento do correio apresenta, após revisão/atualização dos critérios que lhe são subjacentes, no período findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de 1.083.347 Euros no **Grupo** tendo sido reconhecida na rubrica “Provisões (aumentos)/ reversões” na demonstração dos resultados por natureza. Em 30 de setembro de 2021, a provisão ascende a 1.021.234 Euros, sendo a variação explicada pelo montante utilizado no período corrente.

Outras provisões

No período findo em 30 de setembro de 2021, o montante provisionado no **Grupo** para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas e prémios de assiduidade que possam ser exigidas pelos trabalhadores, ascende nesta data a 5.421.997 Euros (6.627.110 Euros em 31 de dezembro de 2020). O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do **Grupo** para o exfluxo, não sendo possível estimar o momento esperado para o exfluxo na medida em que o mesmo depende do momento de instauração de processos pelos colaboradores do **Grupo**.

Em 30 de setembro de 2021 encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*. O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascende ao montante de 3.148.845 Euros e foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a Tourline (atualmente designada CTT Expresso, sucursal em Espanha) apresentou um pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado pela Tourline. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o **Grupo** a aguardar o desfecho do processo e não sendo possível antecipar um prazo para resolução.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 1.448.640 Euros a 30 de setembro de 2021 (1.615.802 Euros em 31 de dezembro de 2020) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 30 de setembro de 2021, para além das situações acima referidas, no **Grupo** esta provisão inclui ainda:

- o montante de 183.959 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 589.082 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 1.982.657 Euros para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais.

Garantias a clientes

A provisão para garantias a clientes destina-se a fazer face ao risco associado a exposições extrapatrimoniais, no segmento Banco. O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do **Grupo**, que ascende, em 30 de setembro de 2021, a 362.334 Euros.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o **Grupo** tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	Grupo	
	31.12.2020	30.09.2021
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e		
CNMC - Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia - Espanha	3.148.845	3.148.845
Autoridade Tributária e Aduaneira	2.282.510	2.917.205
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886
Fidelidade, Multicare, Cares - (Glintt BPO)	-	1.022.834
AMBIMOBILIÁRIA - Investimentos e negócios, S.A.	480.000	480.000
MARATHON - Fundo de Investimento fechado	-	432.000
EUROGOLD	694.464	406.080
O Feliz - Imobiliária	381.553	369.932
Tribunais	260.610	360.450
Transportes Bernardos Marques, S.A.	223.380	223.380
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150.000	150.000
Via Direta	-	150.000
Autarquias	118.658	118.658
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	85.056
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
GNB Companhia de seguros vida SA	-	25.000
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
EMEL, S.A.	19.384	19.384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
REFER	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	11.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
ACT Autoridade Condições Trabalho	9.160	9.160
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.719	3.719
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	3.100
CIVILRIA	224.305	0
Solred	80.000	0
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA	55.000	0
ADAM - Águas do Alto Minho	466	0
	12.355.173	14.059.766

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, no **Grupo**, o montante de 3.826.468 Euros.

A CTT Expresso, sucursal em Espanha prestou uma garantia bancária à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, o **Grupo** subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 75,3 mil Euros e 41 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** assumiu ainda compromissos financeiros (cartas de conforto) no montante de 1.170.769 Euros relativamente à sucursal em Espanha da CTT Expresso, os quais se encontram ativos em 30 de setembro de 2021.

O **Grupo** contratou seguros de caução no montante global de 3.947.119 Euros (31 de dezembro de 2020: 1.033.163 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o **Grupo** assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do **Grupo** encontram-se detalhados, respetivamente nas Notas 4 e 5.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.09.2021
Corrente		
Adiantamento de clientes	3.054.584	2.517.336
Vales CNP	88.916.523	91.559.323
Fornecedores c/c	87.287.994	83.331.052
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	7.955.395	11.553.363
Fornecedores de investimentos	5.808.358	4.924.963
Faturas em receção e conferência (investimentos)	5.688.925	3.325.588
Valores cobrados por conta de Terceiros	6.546.335	7.719.558
Serviços financeiros postais	154.324.605	122.134.254
Cauções	567.215	600.854
Cobranças	1.859.349	2.456.511
Indemnizações	581.798	726.059
Operadores postais - valores a liquidar	1.722.118	105.048
Valores a regularizar a terceiros	4.282.230	4.747.865
Valores a regularizar das lojas	495.476	755.159
Outras contas a pagar	6.471.998	8.341.337
	375.562.902	344.798.270

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, à redução observada nos montantes relativos a certificados do tesouro, em parte compensado pelo aumento dos valores relacionados com impostos, na sequência da realização do 2º pagamento por conta.

21. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” no **Grupo** apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	30.09.2021
Depósitos à ordem	1.207.038.127	1.389.324.236
Depósitos a prazo	178.175.790	216.584.278
Depósitos de poupança	303.251.244	380.662.622
	1.688.465.160	1.986.571.136

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

O aumento desta rubrica está relacionado com a normal captação de recursos que o Banco tem vindo a conseguir desde o início da sua atividade.

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 detalha-se como segue:

	31.12.2020					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.510.289.371	-	-	-	-	1.510.289.371
Depósitos a prazo	-	81.534.153	96.641.636	-	-	178.175.790
	1.510.289.371	81.534.153	96.641.636	-	-	1.688.465.160

	30.09.2021					Total
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Depósitos à ordem e de poupança	1.769.986.858	-	-	-	-	1.769.986.858
Depósitos a prazo	-	99.588.153	116.996.125	-	-	216.584.278
	1.769.986.858	99.588.153	116.996.125	-	-	1.986.571.136

22. Imposto a receber/pagar

Em 30 de setembro de 2021 esta rubrica reflete a diferença entre o valor da estimativa de imposto referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e os montantes já pagos a título de pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

23. Gastos com o pessoal

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica de “Gastos com o pessoal” relativa ao **Grupo** tinha a seguinte composição:

	30.09.2020	30.09.2021
Remunerações	196.999.058	203.983.740
Benefícios aos empregados	3.703.602	3.558.993
Indemnizações	722.542	8.721.784
Encargos sobre remunerações	43.152.138	43.432.518
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	3.239.963	2.711.872
Gastos de ação social	3.523.281	5.175.387
Outros gastos com o pessoal	100.925	97.982
	251.441.508	267.682.275

Remuneração dos Órgãos Sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

	30.09.2020				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.854.834	121.998	26.960	14.000	2.017.792
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	1.854.834	121.998	26.960	14.000	2.017.792
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	199.892	-	-	-	199.892
Remun variável Longo prazo	-	-	-	-	-
	199.892	-	-	-	199.892
	2.054.726	121.998	26.960	14.000	2.217.684

	30.09.2021				Total
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.941.140	107.143	14.850	14.000	2.077.133
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	1.941.140	107.143	14.850	14.000	2.077.133
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	151.992	-	-	-	151.992
Remun variável Longo prazo	398.408	-	-	-	398.408
	550.400	-	-	-	550.400
	2.491.540	107.143	14.850	14.000	2.627.533

Remuneração variável de longo prazo

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “*stock options*”.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

A RVLP sob a forma de participação em plano de opções sobre ações dos CTT, depende igualmente do desempenho da Sociedade e visa um alinhamento de interesses com esse desempenho numa perspetiva de longo prazo, na medida que:

- O plano fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO, restantes Administradores Executivos e Quadros Dirigentes);
- Atribuição, igualmente por via do Plano, de 5 tranches de opções que se distinguem apenas pelo seu preço de exercício ou *strike price* diferente;
- O número de ações a receber depende da diferença entre o *strike price* e o preço da ação, ou seja, a média de preços, ponderada pelo volume de negociação, das transações sobre ações da Sociedade realizadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon, nas sessões realizadas nos 45 dias anteriores à data de exercício (1 de janeiro de 2023);
- A RVLP atribuída ao abrigo do plano está sujeita à evolução positiva da cotação e ao desempenho positivo da Sociedade e a condições de elegibilidade relacionadas com a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento nem de incumprimentos materiais dos termos do plano;
- O plano prevê ainda mecanismos de diferimento e retenção que resultam da combinação de dois aspetos: (i) diferimento da data do exercício de todas as opções (1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022); e (ii) estabelecimento de um período de retenção pela Sociedade de parte das ações atribuídas (ao longo do período entre a data do exercício e o quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes a 2024 em assembleia geral anual a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025, consoante o que ocorrer posteriormente).
- O Plano dos membros dos órgãos sociais prevê, em regra, a liquidação financeira de 25% (*net cash settlement*) e a liquidação física de 75% (*net share settlement*) das opções, sem prejuízo de, a título excepcional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, o Plano prever que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O plano dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções.

A determinação do justo valor das opções atribuídas foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício.

O montante total relativo ao plano de ações reconhecido a 30 de setembro de 2021, ascende a 960.000 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica “Benefícios aos empregados” de longo prazo, no montante de 150.000 Euros e a componente de liquidação em instrumentos reconhecida na rubrica “outras reservas”, no montante de 810.000 Euros (nota 15).

No ano findo a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras aplicáveis ao abrigo do Regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais dos CTT revogado a 21 de abril de 2021, não houve lugar ao pagamento de remuneração variável anual (RVA) aos membros dos órgãos sociais.

Indemnizações

No período findo em 30 de setembro de 2021 a rubrica “Indemnizações” inclui o montante de 8.000.000 Euros relativo a um programa de Acordos de Suspensão a realizar no âmbito do processo de reestruturação explicado em maior detalhe na nota 19 – Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes.

Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo **Grupo** e com os trabalhadores que se encontram no ativo e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho. O aumento dos gastos de ação social deve-se a uma regularização da utilização dos serviços de saúde em 2021 devido ao impacto da COVID-19 que o sistema de saúde teve no ano de 2020.

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” do **Grupo**, os montantes de 406.183 Euros e 390.548 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 30 de setembro de 2021, o nº médio de pessoal ao serviço do **Grupo** era de 12.224 (12.172 colaboradores no período findo em 30 de setembro de 2020). O número de trabalhadores ao serviço do **Grupo** no final do período ascendia a 12.924 colaboradores (12.472 a 30 de setembro de 2020)

24. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” do **Grupo** tinha o seguinte detalhe:

	30.09.2020	30.09.2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	1.241.045	1.308.270
Passivos de locação	2.483.170	2.304.076
Outros juros	169.846	-
Gastos financeiros – Benefícios de empregados	3.345.437	2.678.229
Outros gastos de financiamento	70.380	95.927
	7.309.878	6.386.502

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a rubrica “Rendimentos financeiros” do **Grupo** encontrava-se detalhada como se segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	10.755	11.736
Outros rendimentos similares	-	3.357
	10.755	15.093

25. Impostos sobre o rendimento

As empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros, 5% do excedente entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de “Impuesto sobre Sociedades” (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A., em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente. As entidades 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A. integraram o RETGS no presente exercício económico.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto do **Grupo**, foi efetuada como segue:

	30.09.2020	30.09.2021
Resultado antes de impostos (a)	8.889.356	37.436.674
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	1.866.765	7.861.702
Benefícios fiscais	(279.964)	(204.179)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(129.057)	(197.241)
Mais/(menos)-valias fiscais	69.750	41.551
Equivalência patrimonial	381.826	350.580
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	8.783	(14.655)
Perdas e reversões por imparidade	415.160	97.749
Indemnizações por eventos seguráveis	52.813	94.846
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	50.178	19.459
Créditos incobráveis	8.120	43.010
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	34.703	14.904
Outras situações, líquidas	(506.670)	571.365
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	456.716	614.198
Ajustamentos à coleta - Remuneração Variável não distribuída	904.893	92.848
Crédito fiscal SIFIDE	-	(512.416)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(165.075)	247.774
Subtotal (b)	3.168.941	9.113.625
(b)/(a)	35,65%	24,34%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	355.314	617.804
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	949.486	1.267.637
Imposto sobre o rendimento do período	4.473.740	10.999.065
Taxa efectiva de imposto	50,33%	29,38%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	4.366.441	11.388.547
Imposto diferido	272.374	(124.840)
Crédito fiscal SIFIDE	-	(512.416)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(165.075)	247.774
	4.473.740	10.999.065

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao reembolso de SIFIDE respeitante ao ano de 2018 e ao Crédito Fiscal de 2020.

No exercício de 2020, o **Grupo** reconheceu um crédito fiscal no montante de 3.300.000 Euros, em resultado da realização de contribuições para o Fundo TechTree. Este crédito foi reconhecido em linha com as disposições da IFRIC 23, considerando as suas especificidades e estimativa sobre a probabilidade quanto à sua efetiva atribuição. No presente exercício, ao abrigo do mesmo normativo, o **Grupo** procedeu à reavaliação da estimativa e concluiu que o montante de 825.000 Euros não seria recuperável, pelo que procedeu ao seu desreconhecimento. Este montante encontra-se registado na rubrica “Insuficiência/ (Excesso) de estimativa e restituição de impostos”. Esta rubrica regista igualmente o excesso de estimativa de IRC relativo ao exercício de 2020, no montante líquido de 583.117 Euros.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, os saldos do **Grupo** referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2020	30.09.2021
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	75.968.984	75.283.223
Benefícios aos empregados - plano pensões	73.758	64.791
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	3.186.436	3.325.651
Perdas por imparidade e provisões	4.936.452	5.689.932
Prejuízos fiscais reportáveis	786.994	470.854
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	408.756	468.552
Remuneração variável de longo prazo	53.978	268.800
Terrenos e edifícios	355.770	355.770
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.603.577	1.363.040
Outros	517.163	544.854
	87.891.868	87.835.465
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	1.955.171	1.818.587
Mais-valias suspensas	703.836	669.836
Ativos não correntes detidos para venda	83.010	42.718
Outros	51.681	41.262
	2.793.698	2.572.403

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 30 de setembro de 2021 o montante ascende a 1.363.040 Euros.

A 30 de setembro de 2021 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no ano corrente sejam de 3,4 milhões de Euros e 0,2 milhões de Euros, respetivamente.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos do **Grupo** foi o seguinte:

	31.12.2020	30.09.2021
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	89.329.806	87.891.869
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(104.541)	(685.761)
Benefícios aos empregados - plano pensões	-	(8.967)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	317.812	139.215
Perdas por imparidade e provisões	(90.940)	753.480
Prejuízos fiscais reportáveis	(502.991)	(316.140)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	22.946	59.796
Remuneração variável de longo prazo	53.978	214.822
Terrenos e edifícios	(1.039)	-
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	(240.537)
Outros	52.981	6.671
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(766.465)	-
Benefícios aos empregados - plano pensões	(10.910)	-
Outros	(88.054)	21.017
Saldo final	87.891.868	87.835.465
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	2.958.115	2.793.698
Excedentes de revalorização antes IFRS	(182.111)	(136.584)
Mais-valias suspensas	(33.845)	(25.384)
Outros	-	(40.292)
Efeito em capitais próprios		
Reserva de justo valor	19.645	(8.616)
Outros	31.895	(10.420)
Saldo final	2.793.698	2.572.403

Os prejuízos fiscais estão, essencialmente, relacionados com as perdas apuradas pelas subsidiárias Tourline e Transporta, que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A., e detalham-se como segue:

Grupo	31.12.2020		30.09.2021	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	72.471.042	-	76.229.511	-
CTT Expresso/Transporta	6.142.786	783.366	6.142.786	467.226
Total	78.613.828	783.366	82.372.296	467.226

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline) referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos 15 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2023, 2024 e 2026, respetivamente), aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2030, 2031 e 2032, respetivamente) e aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 sem limite temporal para o seu reporte. Não foram reconhecidos quaisquer ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais da CTT Expresso, sucursal em Espanha dado o seu histórico de perdas.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas dos anos de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 7 anos (anteriormente 5 anos, mas alargados para 7 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia de COVID-19). O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa a 5 anos (i.e., até 2025).

De referir que, na sequência da aquisição da Transporta, foi apresentado um pedido de manutenção dos prejuízos fiscais que haviam sido apurados com referência aos períodos de 2014 e 2015 (nos montantes de 4.536.810 Euros e 3.068.088 Euros, disponíveis para reporte até 2028 e 2029, respetivamente), sobre os quais se aguarda ainda resposta da Autoridade Tributária e Aduaneira. Mediante resposta favorável ao pedido apresentado, poderá vir a ser reconhecido no futuro um ativo por impostos diferidos sobre aqueles prejuízos fiscais.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,3 milhões de Euros, no **Grupo**.

SIFIDE

Tendo em consideração o histórico associado a esta realidade, o Grupo tende a adotar como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2019, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 1.422.552 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") estimada em 753.235 Euros. Refira-se que ainda se aguarda a decisão da Comissão Certificadora acerca das despesas elegíveis incorridas com I&D e correspondente crédito fiscal para 2019.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo **Grupo** no exercício económico de 2020, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 5.304.741 Euros, tendo o **Grupo** a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.850.195 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2017 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2021.

26. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando a pessoa em causa tiver, direta ou indiretamente, o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021 com referência ao **Grupo**, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	30.09.2020				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	-	-	6.675	63.788	-
Conjuntamente controladas	343.583	-	845.547	500	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	848	-	1.876.582	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	121.998	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	26.960	-
Assembleia Geral	-	-	-	14.000	-
	343.583	848	852.221	2.103.828	-

	30.09.2021				
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	12.750.000
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	-	-	-	-	-
Conjuntamente controladas	218.750	14.145	770.017	82.604	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	-	-	1.941.140	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	107.143	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	14.850	-
Assembleia Geral	-	-	-	14.000	-
	218.750	14.145	770.017	2.159.737	12.750.000

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias para além das cartas conforto em favor da CTT Expresso, sucursal em Espanha, mencionada na Nota 19.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 23 – Gastos com Pessoal.

27. Outras informações

O contrato de concessão do serviço postal universal, cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro.

Por decisão de 02.09.2021, a ANACOM aprovou a declaração de conformidade dos resultados do sistema de contabilidade analítica (SCA) dos CTT, referente ao exercício de 2018, bem a decisão final relativa às determinações de melhoria do sistema, na sequência da respetiva auditoria, e o relatório da audiência prévia. As determinações manter-se-ão em vigor após 2021, até à aprovação de uma nova decisão sobre esta matéria, caso os CTT se mantenham como empresa prestadora do serviço postal universal após 31.12.2021.

Por deliberação de 28.10.2021 a ANACOM deferiu o pedido dos CTT relativamente à dedução dos registos, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de Covid-19 para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021.

Os processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do serviço postal universal, de julho de 2018, correm os seus termos. A ação arbitral intentada contra o Estado Português, na qualidade de concedente aguarda decisão. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes.

O processo arbitral iniciado, em 11.06.2021, contra o Estado Português, na qualidade de Concedente, relativo aos impactos e efeitos contratuais da pandemia associada à COVID-19, bem como pelos impactos e efeitos contratuais da decisão de prorrogação do Contrato de concessão no ano de 2021, corre os seus termos.

O processo relativo à proposta de aplicação de onze multas contratuais, iniciado em 2018, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, com fundamento em alegados incumprimentos de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, aguarda ainda decisão. Em 30.07.2021, A ANACOM iniciou um novo processo de contraordenação contra os CTT por quatro contraordenações relacionadas com a medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativas a factos ocorridos em 2016 e 2017, parcialmente contestados na ação administrativa intentada contra a ANACOM, em março de

2019, relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos IQS. Os CTT apresentaram a sua defesa em 30.08.2021. A 17.09.2021, os CTT foram notificados pela ANACOM, da proposta de aplicação de multas contratuais pelos mesmos factos que motivaram o procedimento de contraordenação instaurado pela ANACOM a 30.07.2021, tendo pronúncia dos CTT sido apresentada a 25.10.2021.

Impacto da COVID-19

A deterioração da situação sanitária no início de 2021, levou a um agravamento das medidas de contenção e à introdução de um novo confinamento geral em Portugal, que conduziu a uma quebra generalizada da atividade económica no primeiro trimestre de 2021. O impacto negativo concentrou-se, sobretudo, no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular no setor do turismo.

No entanto, esta quebra, revelou-se mais moderada do que no primeiro confinamento geral, em virtude de uma maior resiliência da atividade económica, fruto da adaptação por parte de famílias e empresas às medidas restritivas.

No segundo e terceiros trimestres, a situação económica demonstrou uma evolução bastante positiva com o levantamento gradual das medidas de contenção, cujo processo de reposição à normalidade foi inicialmente influenciado pelo surgimento de novas estirpes do vírus COVID-19. No entanto, a disseminação generalizada da vacinação permitiu, no final do terceiro trimestre, um aceleração do levantamento destas medidas de restrição.

De acordo com informações do Banco de Portugal, após uma redução em cadeia no primeiro trimestre, o PIB mais do que recuperou no segundo, continuando a crescer nos trimestres seguintes, ainda que a um ritmo menor. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e a disseminação no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos agentes. O BdP projeta que a economia portuguesa cresça 4,8% em 2021, aproximando-se do nível pré-pandemia no final do ano.

Não obstante, nos primeiros nove meses do ano de 2021, a pandemia de COVID-19 continuou a afetar consumidores e empresas. No entanto, o **Grupo** manteve a sua atividade em funcionamento, procurando simultaneamente preservar o valor dos serviços tradicionais e continuando a apostar nos negócios ligados às plataformas digitais e *e-commerce*. No período findo a 30 de setembro 2021 assistiu-se a um crescimento dos rendimentos operacionais e EBIT, impulsionados sobretudo pelo desempenho notável do negócio Expresso e Encomendas, seguido do Banco CTT, do Correio e Outros, e dos Serviços Financeiros e Retalho.

No contexto de pandemia o **Grupo** continuou a efetuar as seguintes análises adicionais:

- No âmbito das moratórias públicas (Decreto-Lei 10-J/2020 e Decreto-Lei 26/2020): A 30 de setembro de 2021 existiam 59 moratórias que correspondem a 3,43 M€ (2,97 M€ de crédito à habitação e 0,46 M€ de crédito automóvel), representando 0.3% do total da carteira bruta de crédito a clientes. Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,9 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representam cerca de 4,6% do total de moratórias privadas terminadas em 30 de setembro de 2021.
- Análise da existência de indícios adicionais de imparidade decorrentes dos impactos da COVID-19 nos resultados dos vários negócios do **Grupo**, de acordo com as atuais previsões, que poderiam indiciar a existência de imparidade do *goodwill* e de outros ativos não correntes, nomeadamente ativos tangíveis e ativos intangíveis, não tendo sido identificadas imparidades adicionais a reconhecer;
- Revisão da existência de contratos onerosos devido à situação atual, não tendo sido identificados contratos que devessem ser considerados como contratos onerosos;
- Monitorização da evolução do cumprimento dos *covenants* dos financiamentos, não tendo identificado situações de incumprimento.

Apesar de se manter a incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus efeitos sobre a economia e os negócios do **Grupo**, é entendimento do Conselho de Administração que face à sua situação financeira e liquidez, o **Grupo** ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio. A gestão irá continuar a monitorizar a evolução desta ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus *stakeholders*.

28. Eventos subsequentes

Em 03.11.2021, o Conselho de Ministros aprovou a Resolução nº 144/2021 de 23.09.2021, que determina a abertura de um procedimento de ajuste direto tendente a designar os CTT como prestador do serviço postal universal. O atual contrato de concessão termina a 31.12.2021, data até à qual se prevê que esteja concluído o novo contrato, que terá a duração de 7 anos. A referida Resolução lança as bases para a definição de um novo enquadramento contratual, o qual permitirá (1) “maior sensibilidade dos preços praticados pela concessionária à evolução da atividade postal” e (2) “a fixação de elevados níveis de qualidade do serviço, alinhados com as melhores práticas vigentes na União Europeia.”. Espera-se que o novo contrato de concessão, a entrar em vigor em janeiro de 2022, venha a promover um enquadramento de maior equilíbrio entre a continuidade e a sustentabilidade no cumprimento das obrigações do serviço postal universal.

Com exceção do acima mencionado, após 30 de setembro de 2021, e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO